



A N A I S

**do I Simpósio de Professôres de
História do Ensino Superior em 1961**

**MARÍLIA
1962**

**I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA
DO ENSINO SUPERIOR**

(15 A 20 DE OUTUBRO DE 1961)

Promovido pela Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Marília, instituto
isolado de ensino superior do Govêrno
do Estado de São Paulo.

MARÍLIA

1962

1 — RELATÓRIO

Uma explicação preliminar faz-se necessária, antes de apresentar a exposição sôbre o tema que me coube.

A equipe que discutiria prèviamente o assunto e que se compôs dos vários relatores de trabalhos e de alguns membros da comissão executiva do Simpósio, reuniu-se uma vez em São Paulo. Estiveram presentes todos os membros, exceto a Professôra Yedda Leite Linhares, que não compareceu por ter outros compromissos naquele dia, no Rio de Janeiro.

Na reunião discutiram-se problemas referentes ao aspecto legal a considerar-se numa reestruturação do currículo, e concordou-se em que não competia a nós, neste Simpósio, discutir uma reforma geral da Universidade ou das Faculdades de Filosofia, cabendo-nos procurar estabelecer um currículo para o curso de História, de modo a aproveitar pelo menos as bases dessa reforma em qualquer estrutura universitária que se venha a adotar.

Foi levantado também o problema da pós-graduação, e dêle fui encarregada de tratar. Foi opinião geral da equipe que cursos para pós-graduados devem ser organizados, estabelecendo-se sôbre o assunto o seguinte: 1) há necessidade de serem criados os cursos de pós-graduação; 2) tais cursos devem ser mantidos por Faculdades que estejam equipadas para ministrá-los; 3) as Faculdades deveriam estabelecer um intercâmbio constante a respeito dêsses cursos, não só mantendo-se mùtuamente informadas sôbre êles, como também trocando alunos.

Quanto ao conteúdo do currículo, a equipe não se manifestou. Apenas o Professor Dr. Eurípedes Simões de Paula in-

dicou que preferia ter o grosso das matérias complementares no primeiro ano, no que concordo inteiramente com êle.

Tratarei, então, no meu trabalho, primeiro da estruturação do currículo básico como o vejo, e depois da pós-graduação, como a entendo.

Desejo esclarecer ainda o seguinte: no decorrer das discussões anteriores aqui neste Simpósio, falou-se muito em currículo, em problemas relacionados com êle. Tal circunstância levou-me a pensar no interesse que haveria em retomar alguns desses problemas e discutí-los; como, porém, isso alongaria muito minha exposição e quebraria talvez a linha do trabalho que eu havia preparado, resolvi então simplesmente expor meus pontos de vista sobre o currículo, o que deixará clara minha posição diante de muitos dos problemas propostos, e responder depois ao que me fôr perguntado.

Tratemos então da reestruturação do currículo: êste tema é o fêcho natural do temário proposto. Todos os problemas já discutidos põem-nos em presença da necessidade de reestruturar o currículo de História das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Parece-me ser êste o primeiro passo visando uma reforma do ensino da História no curso superior. De um modo geral, sentimos todos que nossos currículos de História não são satisfatórios: é necessário que ponderemos sobre o problema e busquemos bases para a reforma que todos desejamos ver realizada para melhoria do ensino da História no Brasil, e através desse ensino, da sua posição no nosso cenário intelectual. Currículos mais satisfatórios devem ser, então, procurados. Sabemos que, resolvida a questão do currículo, não estarão resolvidos todos os problemas relacionados com o ensino da História. Não: restarão muitos outros, como o da especialização do professor de curso superior, o da cátedra e de um pessoal numeroso, o da formação nas Faculdades das indispensáveis bibliotecas especializadas, o da acessibilidade das fontes (a frequência de arquivos sendo difícil, a possibilidade de obter documentos, copiados em microfímes ou microfichas, ou por outro sistema qualquer, deve ser estudada), o problema dos con-

tactos entre os vários centros onde se faz pesquisa histórica — tais são alguns problemas também fundamentais. E essas questões fogem dos limites de um currículo. Não esperemos, portanto, que, discutindo o problema do currículo e estabelecendo algumas normas para sua reforma, estejamos dando solução a tudo, no campo do ensino da História: estaremos dando um modesto primeiro passo, que poderá, no entanto, ser fecundo em resultados. Elaborando o currículo poderemos indicar a linha geral a ser seguida no ensino, e talvez também orientar o método a seguir na formação do estudante.

O problema da reestruturação do currículo apresenta muitas dificuldades. Não pretendo resolvê-las tôdas neste relatório: procurarei indicar alguns pontos e fazer algumas ponderações para abrir os debates em tôrno da questão. Também a finalidade do Simpósio não é impor regras, mas excitar experiências.

Costuma-se muito comumente invocar a realidade brasileira ao falar do ensino em geral e do ensino da História em particular, procurando buscar soluções para problemas em nome dessa realidade. Também no estudo do presente problema pretende-se que não devemos esquecer a realidade brasileira. Realmente, não podemos pensa rem criar nada em matéria de ensino que não leve em conta essa realidade. No caso da reforma do ensino da História e da reestruturação do currículo nas Faculdades de Filosofia, há dois pontos essenciais dentro da realidade brasileira que devemos considerar, dois pontos fundamentais e que parecem exigir realmente nossa consideração.

O primeiro é o fato de que o ensino da História no curso superior não está satisfazendo e a prova é dada pelo número de professôres que, desde o Rio Grando do Norte até o Rio Grande do Sul, aqui vieram. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras têm sido atribuídas as finalidades de formar pesquisadores e de formar professôres secundários, numa combinação por muitos severamente criticada. Não vamos discutir se as Faculdades de Filosofia devem ou não manter as duas atribuições: vamos aceitar o fato de que, no momento desta nossa reunião, elas se conservam e a situação deve ser levada em

consideração nas nossas discussões. Afirma-se, contudo, que as Faculdades de Filosofia não têm formado, em História, nem pesquisadores, nem bons professores. Não têm formado, digamos, antes, na proporção desejável. Apesar dos esforços de tantos professores dedicados, o progresso da História entre nós tem-se feito muito lentamente, quer consideremos o campo da pesquisa, quer consideremos o campo do ensino secundário. Mantemo-nos ainda, apesar de algumas boas exceções, muito acanhados nos nossos empreendimentos no campo da História. Temos necessidade de pesquisadores que façam progredir a ciência histórica dentro do país e se projetem no exterior e precisamos de bons professores secundários que dêem à juventude dos ginásios e colégios um conhecimento histórico razoável, e na educação secundária contribuam para a formação humanística do cidadão.

Não tem sido possível chegar a acôrdo sôbre a orientação que deveria ser dada ao ensino para resolver o problema de formar pesquisadores e professores secundários ao mesmo tempo. A meu ver, dever-se-ia ter em vista uma só finalidade, uma finalidade fundamental: dar uma boa e sólida formação histórica, sem indagar se o aluno vai ser pesquisador ou professor, embora não se perca de vista o uso que os estudantes farão dos conhecimentos. O curso da Faculdade organizar-se-á de modo a colocar nas mãos do aluno os conhecimentos gerais e básicos da História como evolução da humanidade e os instrumentos de trabalho empregados no campo da ciência histórica. A linha de orientação do curso deverá ser dada pelas necessidades indicadas para a formação tão completa quanto possível no campo da ciência histórica. Com isto não estaremos abrindo mão de formar o pesquisador ou o professor. No final do curso, o aluno terá todo o conhecimento e todos os elementos para escolher aquilo que mais lhe convenha ou aquilo para o que tenha maiores aptidões. E' verdade que nas condições atuais da vida brasileira o formando em História não tem muita possibilidade de escolha: se precisar do seu diploma para sua manutenção, faltamente será professor secundário — excetuados, naturalmente, os que, mais bem dotados,

ficam nas universidades, podendo dedicar-se a pesquisas — quando poderia (eu diria mesmo **deveria**) ter possibilidade de trabalhar em outros setores, como museus, arquivos, etc. Apesar disto, considero ainda que nossa finalidade ao ensinar na Faculdade de Filosofia não é formar isto ou aquilo: é dar a melhor formação possível no campo da nossa ciência para que o estudante possa indistintamente ser isto ou aquilo, segundo as circunstâncias ou as suas preferências o permitam. Não é mau que o professor secundário tenha tido na Faculdade alguma experiência no campo da pesquisa: isso poderá abrir-lhe os horizontes na carreira profissional. O Professor Milton da Silva Rodrigues, em trabalho sôbre a Universidade de Brasília (1), diz muito bem que o “único meio de fazer face ao ritmo acelerado do progresso atual é o que consiste em dar a cada profissional uma mentalidade de pesquisador, ainda que, pelas exigências açambarcadoras do exercício profissional não possa êle próprio dedicar-se à pesquisa na ciência aplicada”. Não terá o professor secundário muito maiores possibilidades se souber muito mais sôbre a matéria que ensina, do que exigem os programas ou falam os manuais — os nossos pobres manuais — não será melhor professor se conhecer também os métodos de pesquisa da ciência que ensina? Não estará mais apto para despertar vocações e para satisfazer a curiosidade insaciável quando bem despertada, dos seus alunos? Sem contar que com um curso mais amplo êle se manterá muito mais apto a manter relações com o mundo intelectual.

Por que termos em mente uma finalidade menor — formar professôres ou pesquisadores — se podemos ter uma finalidade maior no nosso ensino, qual seja a de formar bem no campo da História e preparar assim o progresso da ciência histórica no nosso país? Nossa responsabilidade de professôres de curso superior aumenta quando nos pomos diante dêsse fim: nossos cursos devem ser muito mais coordenados, muito mais pensados, quando temos de cuidar em dar boa e sólida formação no campo da História.

(1) — Milton da Silva Rodrigues, “Parecer sôbre a Universidade de Brasília”. Anhembi, n.º 127, vol. XLIII, junho de 1961, p. 76.

Uma boa formação requer, nas condições atuais do ensino da História, que os alunos tenham cursos básicos gerais, nos quais se familiarizem com a evolução histórica, e aos quais se juntem primeiros estudos da bibliografia sobre a matéria a estudar. “O aprendiz historiador fará bem em tudo ver, em não limitar seu campo de observação”, diz Fernand Braudel (2). Requer ainda que os alunos tenham cursos monográficos, cuja finalidade é, não essencialmente dar-lhes um conhecimento mais profundo sobre um problema histórico ou sobre um período determinado, mas sobretudo mostrar-lhes como pode ser tratado um assunto limitado, o que permite indicações metodológicas importantes. Ficar somente em cursos monográficos não me parece prudente nem suficiente. Também limitar os cursos às nossas preferências científicas não é aconselhável. Sobre isto, alertava seus ouvintes o Professor F. Braudel, em conferência feita a professores em São Paulo, dizendo textualmente: ..“prestrai atenção: vossa tarefa pedagógica não se deve orientar por vossas preferências científicas. Faltaria o meu colega [interessado em problemas econômicos] a todos os deveres se só falasse a seus alunos de sociedades, de cheques, de preços de trigo”... (3). Além de ouvir cursos, o aluno deve ser levado, gradativamente, através de exercícios, a um conhecimento dos instrumentos de pesquisa e da sua utilização. Desde o começo do curso o aluno deverá ir sendo posto em contacto com a técnica de trabalho no campo da História até chegar, no fim do curso à capacidade de fazer um trabalho pessoal, na especialidade que escolher. Gradativamente, sistematicamente, o aluno irá sendo formado, para acabar dominando a matéria pela qual se interessou. Não se alegue que o professor deve precaver-se contra possíveis futuras competições. Estaríamos perdendo de vista nossa função de professores, se nos deixássemos levar a um meio ensino, porque ciosamente devêramos preservar o nosso campo. Contra isso,

(2) — Fernand Paul Braudel, “O ensino da História, suas diretrizes”. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1935, p. 116.

(3) — Fernand Paul Braudel, “Pedagogia da História”. Revista de História, n.º 23, julho-setembro de 1955, p. 18.

deveríamos lembrar-nos de que a vitória do discípulo é um pouco também a do seu professor, de quem o orientou e seguiu seus primeiros passos. Formar uma escola é mais importante do que guardar ciosamente um campo e nada deixar ao desaparecer.

A realidade brasileira atual pede, portanto, que melhoremos o ensino da História, tornando-o eficiente e tendo em conta a necessidade de dar formação integral no campo histórico.

O segundo ponto a considerar dentro da realidade brasileira é o fato de que recebemos alunos muito mal preparados para fazerem o curso de História. Falta aos estudantes que se apresentam uma cultura geral básica. Ao fazermos estas considerações tocamos naturalmente no problema fundamental que é o da formação secundária. Não vamos discutir o problema: êle nos levaria certamente a dobrar a duração do nosso Simpósio. Os candidatos que se apresentam para estudar História deveriam trazer já noções históricas fundamentais, mas, correntemente, mal sabem alguns fatos de História Geral e nada sabem do conjunto da evolução histórica, e ainda trazem noções deturpadas por um ensino rotineiro e atrasado. Deveriam conhecer o Latim e línguas estrangeiras. O Latim por ser necessário para os estudos de História Antiga e Medieval, e mesmo de História Moderna — o latim foi língua diplomática até o século XVII, e na Inglaterra, por exemplo, os atos das câortes de justiça eram redigidos em latim ainda no meio do século XVII. As línguas estrangeiras são necessárias porque não dispomos de obras históricas suficientes em português e precisamos usar bibliografias que nos oferecem outros países para o estudo da História Geral e da América e às vezes mesmo da História do Brasil (muitas obras têm sido publicadas em inglês, francês ou alemão sobre questões de História brasileira por historiadores ingleses, americanos, franceses ou alemães). Mas estou sendo exigente aqui: como desejar que alunos saibam uma língua estrangeira se, em muitos casos têm dificuldade em exprimir-se na sua própria língua? se não conhecem as mais comensinas regras de concordância? Então dever-se-ia exigir primeiro do candidato ao curso de

História o domínio da língua portuguêsã — é essencial para o historiador a capacidade de dominar bem a sua língua. E quanto à insuficiência dos alunos, isso não é tudo: recebemos estudantes incapazes de realizar qualquer pequeno trabalho de busca em livros, ou mesmo incapazes de estudar ou raciocinar sòzinhos.

Não podemos reformar já o ensino secundário: fala-se há muitos anos numa reforma grande dos cursos médios. Mas ela não veio ainda. E vindo, quanto tempo transcorrerá antes que possa surtir efeito? E surtirá efeito? Não considerando, portanto, a reforma do ensino secundária, soluções poderiam ser propostas para o problema da falta de preparo dos alunos. A primeira consistiria em incluir no exame vestibular o latim, e em se tornarem mais rigorosos os exames de línguas, o de português inclusive. Pode-se argumentar que a inclusão de mais o latim sobrecarregará muito o candidato ao vestibular; neste caso, o latim poderia vir em lugar da Geografia. Alguns colegas, na reunião de equipes realizada em junho p. p. em São Paulo, propuseram que aos candidatos reprovados sòmente em línguas no vestibular se desse a possibilidade de fazerem outro exame durante o transcorrer do primeiro ano.

Uma outra solução consistiria em se fazer do primeiro ano, um ano preparatório, digamos assim, no qual se dariam as bases necessárias para o desenvolvimento posterior dos estudos de História. O primeiro ano seria uma espécie de prolongamento do curso colegial, com várias matérias, incluindo cursos gerais de História, superficiais naturalmente. Poder-se-ia assim ter algum resultado, mas a solução representaria, talvez, perda preciosa de tempo, num curso de apenas quatro anos. Um ano como êsse seria interessante existir antes do curso da Faculdade, no lugar do terceiro ano científico ou clássico, como aliás se preconiza para a reforma anunciada — como era o Colégio Universitário, que existiu junto à Universidade de São Paulo.

Outra solução ainda seria as próprias cadeiras do curso de História suprirem as necessidades. Os cursos gerais básicos, feitos geralmente no primeiro ano das cadeiras, sobretu-

do das cadeiras de História Geral, teriam um pouco a finalidade de dar aos alunos o conhecimento da evolução histórica que lhes falta. Os cursos gerais básicos são realmente necessários, não só para sanar uma falha na formação prévia dos alunos, como também para iniciar a sua formação no campo da História. Os exercícios, sobretudo no primeiro ano, começariam por dar aos estudantes informações técnicas elementares que lhes faltassem. Uma atenção grande seria dada pelo professor ao aluno. Considerando ser esta solução a que põe o aluno em contacto com a orientação do professor da cadeira, ela está mais de acôrdo com minhas preferências.

Temos, pois, nós mesmos, por enquanto, de solucionar o problema da insuficiência da formação prévia do aluno de História, enquanto não fôr feita e não produzir efeitos a falada reforma do curso secundário.

Em nome da realidade brasileira, tem sido às vêzes pleiteada uma orientação dos estudos históricos nas Faculdades que não me parece ser rigorosamente científica: estudar a História Geral em função da História do Brasil e do meio brasileiro; estudar na História Geral apenas aquilo que se relaciona imediatamente com a História do Brasil, ou aquilo que possa atender à necessidade de uma sociedade que se transforma a nossa sociedade. Isto parece-me levar à colocação da História Geral ao serviço de interesses, de injunções momentâneas. E leva-nos a indagar se haveria uma História Geral própria para cada região? Ou seria a História sempre a mesma, o conhecimento do passado do homem, segundo métodos cientificamente aceitos? Não me parece conveniente que escolhamos certos temas, certos problemas da História Geral para ensiná-los com vistas “ao entendimento do nosso passado” brasileiro. Como também não me parece certo excluir do ensino grandes períodos da História, sob a alegação de que a história brasileira começa em 1500. Não podemos ver ou julgar a História Geral através da nossa história. Não afirmaria que nossa história começa em 1500. O passado para nós, além de 1500, é o passado europeu, ou se quisermos, limitando um pouco, o passado português. A partir do século XV, assistimos à expansão

da Europa. A europeização do Atlântico é um dos grandes fatos da época moderna; a europeização do mundo, um dos grandes fatos da época contemporânea. Até o século XV, a Europa viveu dentro dos seus limites geográficos. Num certo momento, começaram os europeus a sulcar o oceano e a levar com eles para outros cantos a sua tradição européia, a sua cultura, a sua história. Outras Europas, na expressão de Fernando Braudel, se desenvolveram. Somos um desses filhos da velha Europa e não podemos esquecer que nela estão nossas raízes. Nossa história, como a história americana não começa em 1492 ou em 1500. Neste tempo, houve uma bifurcação na história européia: uma parte continuou a evoluir dentro dos limites geográficos antigos; outra continuou a se desenvolver em novos limites, conservando porém o fundo e as linhas gerais comuns, e os séculos que passaram desde o início da colonização européia não foram ainda suficientes para que não mais nos sintamos ligados à Europa. Mas mesmo que hoje elementos de diversificação sejam numerosos, não podemos esquecer que o nosso passado mais remoto é o passado europeu. Além disso, nossa evolução atual, diria nossa história, se desenrola num conjunto específico, o mundo ocidental. Se não podemos esquecer que os contactos mundiais são cada vez mais estreitos, e que elementos de origens não ocidentais chegam até nós e influem em setores da nossa vida, não podemos negar que ainda, por nossa língua, nossa religião, nossas tradições, nossas formas sociais, continuamos ligados à Europa e mais largamente ao mundo ocidental. Mas mesmo que assim não fôsse, que hoje nos tivéssemos completamente afastado da Europa, não podemos esquecer que nosso passado nos liga a ela. Não podemos dizer que começamos em 1500, ou que tudo o que se implantou aqui logo depois de 1500 fôsse coisa nova: o que os portugueses trouxeram para cá não tiraram do nada; trouxeram para o Brasil aquilo que possuíam e que se formara, talvez lentamente, no decorrer da sua evolução ou da evolução geral européia. Nosso passado não vem de 1500, vem de muito mais longe no tempo. Ao procurar conhecer a origem das nossas instituições mais antigas, não iríamos talvez en-

contrá-la na Idade Média ou quiçá no velho Império Romano? Podemos concluir daí, talvez um pouco sumariamente, ou um pouco rapidamente, sem mesmo ter aprofundado o problema, que nossa situação atual é o resultado não de algumas influências ou de algumas situações, mas de uma evolução contínua, cujos começos estão longe no tempo e no espaço. Não podemos, pois, dizer que, estudando o passado europeu, perdemos a perspectiva de nossa própria história, ou condenar o estudo da Antigüidade Clássica ou da Antigüidade Oriental, porque esse estudo, segundo li algures, é feito “em detrimento da compreensão de fenômenos que nos tocam mais diretamente como nação”. Se buscamos no estudo da História o que realmente importa, o conhecimento da evolução humana como um todo, como uma seqüência que vem dar em nós, então não podemos fugir ao estudo da História como um todo, ao estudo da História Geral por si mesma, sem atrelá-la às necessidades da nossa História Nacional ou às necessidades da compreensão de nossos casos regionais. Se nos vamos deixar levar no estudo da História pela escolha de temas que interessam diretamente a uma situação brasileira de momento, então seremos levados a pretender também limitar o âmbito de outras ciências: por que estudarmos em Geografia fenômenos como glaciação ou desertos que não possuímos? Ou por que estudar manifestações religiosas de tribos africanas ou da Oceania, se não as temos aqui? Não estaríamos perdendo tempo? E’ preciso estudar ou ensinar História, não pensando no nosso caso particular, mas pensando na História mesmo. Nada mais impressionante ou atraente do que ver “viverem” as velhas civilizações mortas, do que acompanhar os esforços da humanidade na sua evolução. O que desejam os defensores da posição que indiquei — que a História sirva para explicar nosso momento atual brasileiro — deixemos que o aluno deduza por si mesmo depois de conviver intensamente com os momentos passados, depois de olhar por janelas amplas, abertas, e não pelas janelas mais acanhadas do nosso interesse imediato e da nossa História Nacional.

No tocante a esta questão, devemos ensinar a História como uma ciência independente, sem pensar na sua sujeição a interesses de momento.

Estas ponderações levam a que se possa considerar aceitável o método de se desenvolver o ensino da História em tórno da Europa. Haverá objeções a esta afirmação. Mas se concordamos em manter a periodização em História, temos de convir que ela se faz de um ponto de vista europeu. E' difícil encontrar um critério mundial para traçar uma linha para o ensino. Sugestões novas como a de Toynbee ou de "áreas culturais" existem. Mas não mereceram ainda aprovação geral. Embora "a tomada de consciência de um vasto mundo não europeu" leve-nos a considerar a necessidade de darmos mais atenção a áreas não européias, ainda parece-me mais didático seguir no ensino o costume de partir da Europa e ir tratando das outras regiões, exceto na Antigüidade Oriental, naturalmente, à medida que entram em contacto com a Europa. Isso não impede que em cursos especializados sejam tratados assuntos referentes a outras regiões.

O que dissemos até agora não nos dá ainda uma idéia de todos os problemas que devemos considerar ao tratar da reforma do currículo de História. Importante é considerar a posição que vamos tomar neste Simpósio, quanto à extensão da reforma que pretendemos. Vamos pleitear uma reforma superficial, conservando os limites atuais previstos na lei, ou vamos querer uma reforma mais profunda que procure resolver os problemas mais importantes do ensino da História? Importante é pensar também se vamos imediatamente encaminhar nossas resoluções aos poderes competentes para que sejam postas em prática, ou se vamos aguardar que se faça a reforma falada da universidade em geral e das faculdades de Filosofia em particular, para então agir. Penso que aqui se põe a consideração de um problema muitas vêzes lembrado: o da reforma universitária que virá talvez muito cedo, e diante do que nossas resoluções, tomadas agora, poderiam ser prejudicadas. Seria, diante disso, talvez de bom alvitre, dizem alguns de nossos colegas, propor pequenas coisas, esperando que venham as modifica-

ções gerais em estudo. Nossas resoluções, aventa um pequeno grupo de nossos colegas, propondo reformas para a História, poderiam destruir o planejamento geral em execução. Iremos, ao considerar a História, pensar primeiro na reforma das faculdades de Filosofia?

São três pontos de vista, diante dos quais eu tomaria as seguintes posições: não podemos ficar em pequenas coisas, mas devemos, tanto quanto possível, tomar posição mais largamente; não creio que iremos, com nossas reivindicações prováveis entravar qualquer plano em gestação, nossa intromissão agora podendo, ao contrário, trazer boa contribuição para esses planos; e não acho necessário esperar a reforma das faculdades de Filosofia para começar a agir. Chegando à conclusão de que se faz necessária uma reforma no currículo de História, devemos estudá-la e propô-la imediatamente, lutando depois por que as modificações consideradas essenciais, pelo menos um mínimo fundamental, sejam mantidas em qualquer sistema de ensino superior que se adotar. A meu ver, nosso trabalho aqui deve ser feito no sentido de obter reforma que melhore o ensino de História. Considerados os pontos fundamentais para essa melhoria, devemos buscar que eles sejam integrados nos sistemas que se estabelecerem, ao ser feita a reforma universitária. Além do mais, é preciso considerar a existência de faculdades isoladas, não ligadas a nenhuma universidade, que muito lucrariam também com uma renovação do ensino.

Não sabemos ainda em que sentido se fará a reforma universitária de que se fala. Há de pé o planejamento da Universidade de Brasília, que veio movimentar os meios universitários do país, levando-os a uma tomada de consciência sobre problemas do ensino superior no Brasil. O grupo de planejamento da Universidade de Brasília oferece-nos algo novo, com os institutos e faculdades, procurando obter um rendimento maior do ensino, e formar especialistas nos campos das várias ciências e segundo as necessidades do país, sem descuidar também da formação profissional. Nada nos indica, entretanto, que o modelo seja imediatamente seguido. Pode ser que haja aceitação ou

imposição do plano, e então tôdas as universidades se reformarão segundo êle. Podem aparecer outras atitudes: uma, de espera, a fim de ver o funcionamento da nova universidade durante algum tempo e verificar o seu rendimento; outra, de resistência natural das “velhas” universidades, cujos professôres, embora desejando uma reforma do ensino superior, poderão opor-se à adoção geral do sistema de Brasília. Nada nos permite saber ainda o que vai acontecer. Por isso, o melhor será estudarmos os meios que permitam aprimorar o ensino da História no Brasil, sem levar em conta os sistemas que possam vir a ser introduzidos no curso superior. As exigências mínimas que estabelecermos deverão ser mantidas sempre.

Não pode escapar, contudo às nossas considerações, no que respeita à História, o plano proposto para Brasília. Ali aparece a História dentro de um Instituto de Ciências Humanas. É certo que há uma relação cada vez mais estreita entre as diversas ciências humanas; e dêsse ponto de vista justifica-se a colocação da História naquele Instituto. Mas a História, diante de certas correntes existentes entre nós, que querem modificar-lhe a posição e dar-lhe novo conteúdo, precisa ter sua situação bem definida. Colocada no referido Instituto, correrá o risco de ser sufocada, pois no grupo de ciências que o compõem, a História é a que mais se diferencia, por seus métodos e por seu campo de estudos. Não sei se caberia a formação de um Instituto de História, como sugere o Professor Florestan Fernandes em artigo sôbre a Universidade de Brasília (4). Sei contudo que a História não melhorará sua posição no nosso cenário intelectual se não puder manter-se numa posição realmente independente e se não tivermos muito cuidado em assegurar possibilidades para que o seu ensino não tome rumos menos satisfatórios do que tem agora.

Quando me dispunha a preparar êste trabalho, considerando as inovações apresentadas pela Universidade de Brasília, pensei que seria bom poder ter em mão stambém um plano de organização para o seu Departamento de História. E meu de-

(4) — Florestan Fernandes, “Parecer sôbre a Universidade de Brasília”. *Anhembi*, n.º 127, vol. XLIII, junho de 1961, p. 73.

sejo se viu satisfeito ao deparar com um artigo da Professôra Yedda Leite Linhares, sôbre “A História na Universidade de Brasília” (5). Tal artigo contém interessantes considerações sôbre o ensino da História e traz informações importantes sôbre como se desenvolveriam os estudos históricos naquela Universidade. O plano nele indicado, dentro aliás do planejamento geral da Universidade, prevê a divisão dos estudos de História em três etapas: um curso de três anos, concedendo o diploma de bacharel; depois, um curso de dois anos, ao fim do qual se dá o diploma de agregado; e afinal, depois de outros dois anos de trabalho, o doutoramento. Sem considerar que, após os três anos de bacharelado, ao aluno abre-se a Faculdade de Educação, para sua formação como professor secundário. Pena que não nos indiquem a duração do curso profissional nesta Faculdade — o plano do Professor Darcy Ribeiro prevê de 2 a 3 anos nas faculdades. Uma duração superior a quatro anos para a formação do professor secundário poderá trazer o risco de não haver alunos interessados em fazer o curso, e de termos de voltar à improvisação de professôres de História.

Não posso fazer aqui, para não alongar muito êste trabalho, considerações extensas sôbre o interessante artigo. Gostaria apenas de fazer dois ou três reparos sôbre algumas partes do plano apresentado, porque não estão de acôrdo com o modo como encaro a estruturação do ensino de História. Há no plano um certo divórcio entre os três anos do bacharelado e os dois anos seguintes de agregação. Tal como aparecem, os três anos básicos não prepararão o aluno para o trabalho posterior de pesquisa. Ao chegar ao curso de especialização, o candidato não terá boa base geral histórica, não terá adquirido uma visão geral da evolução histórica da humanidade; não terá tido contacto suficiente com a técnica do trabalho histórico. Com alunos nessas condições, e ainda recebendo, segundo sugestão da Autora do artigo, candidatos que nunca viram História anteriormente (ponho restrições à afirmação de que qualquer um possa fazer especialização em História), os cursos de dois anos

(5) — O artigo foi publicado na revista “Educação e Ciências Sociais”, vol. IX, n.º 16, janeiro-abril de 1961, pp. 103-109.

para especialização não darão resultados aceitáveis, e continuaremos a ter formandos em História deficientemente aparelhados. Não pode haver separação nos dois degraus do curso de História: eles devem estar muito bem concatenados se quisermos obter o proveito necessário. Também parece-me haver no plano que comentamos, no curso básico, preocupação bastante grande em associar à História grupos de disciplinas complementares; seria interessante conhecer quais são elas. E' preciso que não se corra o risco de, num curso de História, acabar fazendo um curso de generalidades sobre ciências sociais, geografia, línguas e artes.

Passemos agora a outras questões, mais diretamente relacionadas com a composição do currículo.

Vem-nos logo ao pensamento, ao falarmos em currículo, a questão da sua rigidez ou da sua flexibilidade. Os currículos devem ser flexíveis tanto quanto possível. A meu ver, sua redação deveria ser feita pelos próprios professôres dos cursos, pela própria faculdade e não por leis estaduais ou federais, nem sempre preparadas por gente realmente especializada ou dotada de prática de ensino na matéria. A tendência atual, que se nota nos meios universitários é acabar com a rigidez das cátedras isoladas, agrupando os professôres em departamentos responsáveis pela organização do ensino e das atividades do curso. Aos departamentos deveria ficar afeta a discussão e a redação do currículo, homologado depois pelas congregações. Aqui em Marília, fizemos uma tentativa nesse sentido, no primeiro ano de funcionamento da Faculdade: discutimos e propusemos para o curso de História um currículo ligeiramente diferente dos padrões que nos eram oferecidos. Foi uma tentativa tímida, pois a lei ali estava vigiando nossos possíveis atrevimentos, e não sabendo onde buscar apóio para nossas sugestões, ficamos impedidos de ir mais longe. Mas a experiência foi boa: o currículo que adotamos resultou de nossas discussões, longas muitas vezes, mas sempre cordiais, e de uma tomada consciente de posição diante do problema da organização do ensino de História numa faculdade nova, e da procura de solução para algumas dificuldades. Nada adianta-

rá, entretanto, que adotemos tal norma de proceder, se as resoluções dos departamentos deverem ser homologadas depois por órgãos oficiais, passando por mãos estranhas que as possam reformar ou deformar, de modo que, como aliás comumente acontece entre nós, ao sair sua oficialização, a coisa se torna irreconhecível para os seus próprios autores. Aos órgãos oficiais competentes encaminhar-se-iam as resoluções das faculdades para registo: nada mais. Não sei se essa independência total conviria na situação atual; poder-se-ia fazer a experiência. Com a possibilidade de organizar seus currículos, os cursos de História poderiam adotar diferentes linhas, enriquecendo o estudo da matéria no país.

Na elaboração dos currículos, norma fundamental seria atender exclusivamente os interesses do ensino. E isto seria garantia de bom trabalho. Não se compreende aliás, outra orientação, sobretudo não se compreende que se criem cadeiras em função de interesses pessoais, como às vêzes tem sido o caso.

Atualmente nas Faculdades de Filosofia, o curso de História visando a licenciatura tem a duração de quatro anos. Acho que é um número razoável de anos e que devemos conservá-lo. Considerando que, profissionalmente, a História oferece ainda poucas possibilidades, criar cursos de duração maior trará o risco de nos vermos sem alunos, ou quase sem alunos. E se os estudantes trouxerem no futuro melhor formação ao se candidatarem aos cursos de História, os quatro anos serão plenamente satisfatórios. Acontece, porém, que atualmente, de modo geral, o quarto ano aparece como um apêndice das outras três séries, às vêzes inteiramente ocupado com o curso de Didática, às vêzes conservando algumas matérias de História. O quarto ano deveria ser, entretanto, inteiramente ligado às outras séries, sem que se considerassem os cursos nêles ministrados como de especialização. Até o terceiro ano, o estudante deveria tomar contacto com tôdas as matérias constantes do currículo, tendo aulas teóricas e recebendo treinamento nas técnicas do trabalho histórico. No quarto ano far-se-ia a conclusão dêsse estudo. Pensamos que seria útil e in-

interessante que o aluno fizesse então um trabalho sobre assunto de sua escolha, coroando assim o seu aprendizado. Tal trabalho seria orientado pelo professor da Cadeira a que se ligasse o assunto escolhido. Sendo julgado necessário à realização do trabalho, o aluno poderia ser encaminhado a outros cursos de seções diferentes da Faculdade, a critério do professor orientador. O julgamento do trabalho apresentado seria feito por uma banca de professores da Faculdade, tornando-se esse trabalho um dos requisitos para a licenciatura. O programa do quarto ano seria completado por um curso de História sobre matéria optativa. Apresentada a lista dos cursos possíveis o funcionamento ficaria condicionado à existência de um número mínimo de alunos candidatos. Penso que assim poderia ser encerrado o ensino da História na Faculdade, não considerando aqui, naturalmente, o requisito legal do curso de Didática, ao qual faremos menção mais adiante. Não quero deixar de indicar que outra solução poderia ser apontada, como querem alguns colegas, para reforma do atual quarto ano: é a que visa a distribuição geral das matérias do currículo pelos quatro anos, sem dar caráter especial ao último ano. A vantagem desta solução seria permitir melhor distribuição da História Geral pelo curso. Prefiro, contudo, por exigir maior dedicação e responsabilidade do aluno, a solução que leva à realização do trabalho.

Temos também de pensar no número de matérias que entrarão no currículo. Não devemos exagerar. Um curso com 9 e 10 matérias em cada série, como há em algumas faculdades brasileiras, fica extremamente sobrecarregado: ao aluno não ficará tempo para o estudo e sobretudo para a reflexão, indispensáveis à sua formação. Acho que o número de matérias não deveria ir além de cinco, no máximo seis, em cada série do curso, a não ser que em alguns casos se adotasse o sistema de cursos semestrais.

Levanta-se ainda o problema do currículo seriado ou de cursos parcelados. Não vejo inconveniente em que se adote o regime de curso parcelado, desde que seja estabelecida a ordem de precedência das diferentes disciplinas do curso.

E agora vejamos as matérias constitutivas do currículo. Colocarei no currículo um grupo de matérias fundamentais, as de História propriamente dita; um grupo de matérias sobre aspecto especial da História; e um grupo de matérias auxiliares e complementares.

I. HISTÓRIA GERAL

Sou dos que pensam que à História Geral cabe papel fundamental no currículo. Uma boa base de História Geral é indispensável para o desenvolvimento dos estudos históricos. A História Geral pode fornecer elementos essenciais para a formação do historiador: permite a abertura de novos horizontes de grandes possibilidades no campo do método. “Há vantagem em percorrer lentamente o caminho que leva do Oriente à Grécia, da Grécia a Roma e de Roma aos nossos dias, passando pelas etapas medievais, cuja pujante originalidade e valor hoje se reconhece”, diz Fernand Braudel, no artigo já citado sobre o ensino da História (6). Adquire-se ao percorrer esse caminho, consciência do histórico, ao lado do conhecimento dos esforços que nos trouxeram ao ponto onde estamos, e procura-se recompor a totalidade da vida social. Adquire-se maior clareza para compreensão do presente, uma das finalidades que se poderia dar à História. E também uma boa base de História Geral é condição para o aperfeiçoamento dos estudos de História do Brasil. O especialista em História do Brasil terá mais possibilidade de entrosar a História Brasileira na corrente histórica geral se conhecer bem a História Geral. Não correrá o risco de construir uma História extremamente regionalista, num isolamento que pode levar a interpretações unilaterais, incompletas ou talvez fora da realidade.

Um exemplo pode servir para ilustrar meu pensamento. É conhecido o fato da abertura dos portos do Brasil em 1808, e muito se tem escrito sobre isso, mostrando a importância da decisão para o Brasil. Mas a decisão teve importância também para a

(6) — Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1935, p. 119.

Grã-Bretanha. Sabe-se correntemente que, abertos os portos, a Grã-Bretanha era o único país da Europa em condições de aproveitar a medida. Mas em geral não se sabe, ou não se mostra, que a abertura dos portos brasileiros representou no momento — 1808 — uma tábua de salvação para a Grã-Bretanha. Tendo sido fechados ao seu comércio, no fim de 1807, os mercados europeus, por causa do bloqueio continental, e também o mercado norte-americano, por causa dos atritos a respeito do comércio dos neutros, a Grã-Bretanha estava no comêço de 1808 a braços com uma crise econômica grave. Os portos brasileiros foram uma porta nova que se abria para a colocação dos estoques industriais acumulados, e para resolver, pelo menos em parte, o problema que a preocupava no momento. E o Brasil foi inundado por uma quantidade enorme de produtos britânicos. Pergunto eu: não seria necessário um conhecimento, pelo menos regular, da História Geral, para chegar a avaliar exatamente a importância da abertura dos portos? E então, através da constatação da importância da abertura dos nossos portos para a Grã-Bretanha, nós estaremos ligando o Brasil às contingências da política européia sob Napoleão, muito mais do que a vinda da família real portuguesa deixava entrever. Como êsse, poderia multiplicar os exemplos.

Essa necessidade de conhecer a História Geral, pelo seu valor próprio e pelo valor que pode ter para a História do Brasil, leva-nos a afirmar que a ela se deve reservar lugar amplo no currículo. Não haverá prejuízo nenhum para a nossa História, parece-me, em se reservar lugar importante para a História Geral; ao contrário, o aluno que vier a se especializar em História Pátria só poderá lucrar tendo uma boa e larga base de História Geral.

Ao se pôr o problema do ensino de História Geral, uma questão se apresenta: o problema dos limites das cadeiras, problema levantado numa das reuniões de equipes e que por isso é abordado aqui e que se põe com a divisão atual das cátedras. Adotamos por comodidade didática, a divisão da História em períodos, mas é evidente que não há uma data fatal para o início e fim de um período. O professor de cada cadei-

ra será obrigado a sair das datas limites da História que lhe cabe. Exemplifico com a História Moderna: para alguns, a época moderna deve começar em 1453, para outros, em 1492. Mas nenhum professor de História Moderna pode começar seu curso em qualquer dessas datas: a expansão portuguesa, um dos fatos que marcam o advento dos tempos modernos, não começa muito antes, em 1415? E que dizer do renascimento italiano? Não temos suas origens antes de 1453? E para cada período isso se verifica: é uma mostra do artificialismo da separação em períodos. Penso que isso não traz obstáculo verdadeiro: o professor de cada cadeira deve ser livre para entrar nos limites convencionais da outra, desde que lhe seja necessário, sem que isso possa ser considerado uma invasão indébita na seara alheia.

O estudo da História Antiga põe no seu comêço, o problema do conhecimento dos períodos anteriores à História. E isso nos leva a falar na Pré-história, que não é História mais, e tem sua individualidade própria. Quatro Faculdades de Filosofia do Brasil têm em seus currículos cursos sôbre a Pré-história. Considero, contudo, que não há necessidade de se incluir no currículo do curso de licenciatura estudo de Pré-história. Ao estudante de História Antiga parece serem necessários mesmo sômente conhecimentos daquilo que chamamos a proto-história, e êsses conhecimentos o próprio professor de História da Antigüidade poderia transmitir. A Pré-história poderia aparecer nos cursos de pós-graduação.

Ainda nesse capítulo de limites de períodos, há o caso da História Contemporânea que fazemos começar em 1815, data que a meu ver merece reparos. Penso que a data convencional para o início do estudo da época contemporânea deveria ser colocada mais perto de nós: em 1871 ou em 1918; a distância em que está 1815 de nós e os acontecimentos atuais são justificativas para essa deslocação. Aliás, encontrar-se-ia apôio para isso na consideração de que se tem já usado a expressão História Moderna para designar os tempos mais recentes, até nossos dias. A coleção inglesa "Cambridge Modern History" é um exemplo disso.

Para o nosso currículo, conservada a atual divisão em cadeiras, eu proporia três cadeiras de História Geral: História Antiga, História Medieval e História Moderna e Contemporânea. Poder-se-ia mais tarde pensar em dividir também a cadeira de História Moderna e Contemporânea, deixando a um outro professor o cuidado de ensinar a parte da História mais próxima de nós, partindo de 1871 ou de 1918, e de tratar da História Recente, cujos problemas de método e pesquisa diferem dos da História Moderna.

O ideal, contudo, seria que houvesse vários professôres, especialistas em diferentes assuntos de História Geral, encarregados de ministrar cursos diversos, abandonando-se a existente divisão em cadeiras organizadas segundo períodos históricos. Mas ainda não possuímos elementos para tal organização.

II. HISTÓRIA DA AMÉRICA

Durante muito tempo considerei exagêro a conservação da História Americana em duas séries do nosso curso e mesmo me perguntei muitas vêzes se não se poderia incluir a História da América no âmbito da Cadeira de História Moderna e Contemporânea. Nunca concordei, e não concordo ainda, que se dedique, como geralmente se faz, um ano inteiro dêsse curso ao estudo da História dos Estados Unidos. Não vejo razão para isso, pois não me parece haver interêsse formativo nesse estudo. Com muito mais razão deveria a História de Portugal merecer um ano de estudo. Opinei mesmo, aqui em Marília, que se reservasse apenas um ano para essa cadeira. Entretanto, em discussão que se fêz em tôrno do assunto, em reunião preparatória para êste Simpósio, foi indicada a solução de se distribuir a História da América de modo diferente, em duas partes: uma dedicada ao estudo do período colonial, abrangendo a América inteira; outra, considerando o período depois da independência, interessando-se por todos os países americanos. O ensino da Cadeira orientado assim de modo diferente do atual parece-me mais interessante, e justifica mesmo, a meu ver, a inclusão da cadeira em dois anos. De modo que submeto à consideração

dos senhores professôres esta organização da cadeira de História da América.

III. HISTÓRIA DO BRASIL

Um dos problemas que se levantou e que atraiu muito a atenção nas reuniões prévias que prepararam êste Simpósio, foi o da História do Brasil. A História Nacional é muito importante, especialmente num país de imigração. Mas devemos precaver-nos a fim de que seu estudo extremamente desenvolvido não nos leve a um excesso de nacionalismo histórico, que emperraria todo o estudo científico no campo da História.

Todos estamos de acôrdo em que a História do Brasil precisa de ganhar maior impulso e precisa de renovação. Na Faculdade, o ensino da História do Brasil não é feito sem dificuldades: o estudante, geralmente, (há exceções evidentemente) vem já saturado de uma História tantas vêzes e tão desinteressantemente repetida. E o professor não pode mesmo escapar de renovar o ensino da sua matéria, se quiser ter resultados satisfatórios. Estaremos trabalhando muito mais a favor da História do Brasil, renovando o seu ensino, do que aumentando o número de anos a ela dedicados no currículo.

Esta é a cadeira que melhores condições oferece para o desenvolvimento da pesquisa. Os documentos estão aqui, e sobre êles os estudantes podem trabalhar. O campo de trabalho é ainda vasto e muito se pode fazer. Ainda através da cadeira pode-se criar o interêsse pela preservação dos nossos maltratados arquivos e criar o gôsto pelas coisas do passado. E é ela que pode mais fâcilmente obter elementos de ilustração para suas aulas, através dos museus, criando ainda o gôsto pela preservação dos monumentos, objetos, etc. do nosso passado.

Temos de lembrar, antes de terminar as considerações sobre a História do Brasil, o problema da História Local ou Regional, como comumente a chamamos. De um modo geral, considera-se necessário o estudo dessa História — especialmente para esclarecimento de pontos ainda obscuros da História do Brasil. Achamos, contudo, que ela cabe melhor nos cursos de pós-

graduação. Seria difícil introduzir no currículo cursos obrigatórios sôbre História Regional.

IV. HISTÓRIA DE UMA REGIÃO OU DE UM ASPECTO DA CIVILIZAÇÃO, MATÉRIAS AUXILIARES E MATÉRIAS COMPLEMENTARES.

Começam agora as verdadeiras dificuldades: além das cadeiras fundamentais de História, que ensinar? Que outros cursos, que outras matérias auxiliares ou complementares? Que outras Histórias? Haverá uma grande variedade de opiniões determinadas por preferências, por tendências diversas. Mas não podemos esquecer que o curso de História não deve ser desequilibrado por uma avalanche de matérias subsidiárias. Um equilíbrio deve ser mantido. Confesso que tive dificuldades em resolver o problema. Acabei por chegar à conclusão de que no curso de licenciatura não são necessárias muitas matérias obrigatórias. E me decidi pelo seguinte:

Histórias particularizadas:

1. Inclusão de uma cadeira de **História das Instituições Ibéricas (7)** ou de **História de Portugal**. Parece-me que qualquer das duas escolhas é boa, desde que o professor de História de Portugal nos fale das instituições portuguesas e sua evolução e da civilização lusa e não fique em uma História política. A História das Instituições Ibéricas teria a vantagem de oferecer um estudo básico também para a História da América. As Faculdades fariam sua escolha tendo em vista as facilidades que tivessem para desenvolver o ensino de uma ou outra matéria.

2. **História da Arte**. Tendo de escolher entre uma multidão de assuntos de grande interesse, acabei por me decidir pela História da Arte, como matéria obrigatória no curso básico. A História da Arte permite um entendimento da época que se estuda. Ela é de grande importância, sobretudo para as ca-

(7) — História das Instituições Ibéricas foi a designação que mereceu a preferência numa das reuniões preparatórias deste Simpósio. Por isso a apresento. Poder-se-ia indicar ainda, no seu lugar, História dos Países Ibéricos.

deiras de História Geral — as de História Antiga predominantemente. No primeiro ano seria interessante unir à História da Arte algum estudo sobre Arqueologia. Em poucas aulas dar-se-ia ao aluno indicações sobre os principais aspectos e características da ciência arqueológica.

Matérias e técnicas auxiliares

Definamos, de acordo com a indicação dos organizadores do Simpósio: matérias auxiliares são “aquelas que ligadas imediatamente à História, ajudam a estudar o documento e a situar o fato histórico”. Há numerosas matérias auxiliares, mais numerosas para “ajudar” a História Antiga e a Medieval do que a História Moderna e Contemporânea, o que é fácil de compreender. Mas há conhecimentos auxiliares mais indicados do que outros. Uns devem ser assimilados e então ensinados obrigatoriamente; outros, como por exemplo, a Diplomática, a Cronologia, a Numismática, devem ser conhecidos (8). No caso dos últimos, bastaria que, pela cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, os alunos tivessem conhecimento da sua existência, da sua definição e da sua bibliografia, para que pudessem recorrer ao seu auxílio em caso de necessidade. Isto considerado, e levando em conta nossos interesses, proponho a entrada no curso de História de dois desses cursos.

1. Um, que receberia a denominação de **Introdução aos Estudos Históricos** e que daria especial cuidado à crítica histórica, com exercícios práticos abundantes.

2. Outro, de **Paleografia** medieval e moderna até o século XVII, a fim de dar aos estudantes capacidade de ler documentos dessas épocas que lhes venham a interessar. Um cuidado especial mereceria a paleografia luso-brasileira.

Matérias complementares

São aquelas que têm existência própria, independentes da História, mas que ajudam a compreensão do fato histórico.

(8) — Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos, “Introdução aos Estudos Históricos”, tradução de Laerte de Almeida Moraes. São Paulo, Editora Renascença S. A., 1946, pp. 38-39.

Aqui a escolha é difícil: quantas matérias podem ser colocadas entre as complementares! E se não nos contivermos, acabaremos por achar que os historiadores devem estudar tôdas as ciências porque podem vir a precisar delas no decorrer das suas pesquisas. Evidentemente, aqui se impõe uma seleção, e a escolha pode variar. Atualmente as preferências vão para a Geografia e para a Antropologia e a Etnografia, que aparecem em tôdas as Faculdades: não sei bem se é preferência ou imposição da lei.

Minha preferência vai para as seguintes matérias:

1. Geografia

A cadeira de Geografia interessar-se-ia mais pelos campos da Geografia Humana, da Geografia Política ou Econômica e da Geografia do Brasil, deixando de lado inteiramente a Geografia Física. A História leva em consideração no seu estudo, o tempo e o espaço. Por isso a Geografia deve ser a primeira e a mais importante das ciências complementares.

2. Instituições políticas e jurídicas, sociais, econômicas e religiosas (9).

Esta disciplina substituiria a Antropologia e a Etnografia porque parece poder dar melhor contribuição para a formação do estudante de História.

A Língua Tupí-Guaraní deve ser excluída do curso de História e colocada numa seção de Lingüística ou noutra qualquer onde caiba melhor. Ao historiador, ela não interessa, a não ser como curiosidade.

3. Teoria da História, que em muitas Faculdades é atualmente englobada na cadeira de Introdução aos Estudos Históricos. Aqui em Marília, considerando que ela tem uma personalidade própria, a Teoria da História foi desligada da cadeira

(9) — A denominação do curso nasceu de discussões feitas em reunião de equipes preparatórias do Simpósio e do aproveitamento de sugestão do currículo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade de São Paulo. Poder-se-ia também adotar a denominação de Noções de Sociologia, devendo neste curso ser estudados os diferentes tipos de instituições.

de Introdução; e considerando que os alunos do primeiro ano não têm ainda formação para seu estudo, foi transferida para o terceiro ano. Mantenho essa situação: a disciplina, que poderia ser dada pelo mesmo professor de Introdução aos Estudos Históricos ou por outro, apareceria no terceiro ano do curso.

4. **Matéria optativa**

Interessante seria incluir uma matéria optativa no terceiro ano, que o aluno escolheria numa lista organizada anualmente, de acôrdo com seu interêsse de especialização.

Isto é o que proponho à consideração dos colegas como as matérias obrigatórias do curso de História.

Falta alguma palavra sôbre o curso de Didática, considerado indispensável para os alunos que se destinam ao magistério secundário.

Muito se tem discutido sôbre êsse curso e nunca se chega a um acôrdo sôbre êle. Mas de modo geral, todos o consideram necessário para os futuros professôres secundários. Já foi discutido o assunto neste Simpósio. Por mim acho que o curso de Didática deveria ter apenas três matérias, concordando com as indicações da Professôra Amélia A. F. Domingues de Castro: Psicologia (da Adolescência e da Aprendizagem), Didática Geral e Didática Especial. Gostaria de propor que se deixasse ao aluno liberdade bastante grande para fazer o curso de Didática a partir do terceiro ano. Êle poderia ter direito de fazê-lo em dois anos, dividindo as matérias entre o terceiro e o quarto ano, numa seriação proposta pelos professôres do curso de Didática; poderia escolher fazê-lo num ano sômente, durante o terceiro ou o quarto ano do curso; ou poderia fazê-lo depois de terminado o quarto ano, em um ano. Quanto ao estágio em Colégio de aplicação, poderia ser feito de modo intensivo, com uma curta duração. Isto quanto à Didática.

Ficam aqui, assim algumas considerações sôbre a organização do curso de História, sôbre as quais poderemos agora desenvolver nossas discussões, buscando as melhores soluções para nossos problemas de ensino.

Pós-graduação

Consideremos agora o problema da pós-graduação. Terminado o curso que leva à licenciatura e que dá ao estudante um diploma profissional, ficam abertas as possibilidades para um aprofundamento dos conhecimentos e para o desenvolvimento de pesquisas. Tem-se, de modo geral, resolvido o problema com cursos ditos de especialização. Mas acho que eles não estão satisfazendo plenamente.

Seria interessante que procurássemos introduzir em nossas faculdades outro tipo de cursos — os de pós-graduação. Durante anos tais cursos ficaram esquecidos, mas agora a atenção tem se voltado para a necessidade de serem instituídos, como meio de aperfeiçoar conhecimentos e de desenvolver mais os estudos históricos. É uma tomada de posição diante da necessidade de desenvolver as pesquisas no campo da História, é indício de amadurecimento este sentir da necessidade de alguma coisa mais depois da licenciatura. Cuidemos, pois, agora que falamos em currículo de História, de pensar na organização sistemática de cursos de pós-graduação.

A meu ver, os chamados cursos de especialização devem desaparecer totalmente, dando lugar aos de pós-graduação.

É fundamental que esses cursos de pós-graduação sejam organizados somente pelas Faculdades que estejam equipadas para isso, ou quando elas se sintam equipadas. Não adianta ter cursos de pós-graduação se não puderem as Faculdades realmente oferecer os requisitos necessários para o seu bom andamento e para o desenvolvimento de pesquisas. Assim sendo, as Faculdades que mantiverem a pós-graduação deverão receber licenciados vindos de outras Faculdades, de qualquer ponto do Brasil. Haveria assim centros de estudos para pós-graduados, sem obrigatoriedade para as Faculdades de mantê-los.

Na organização de cursos de pós-graduação dever-se-ia encarar a possibilidade de ter candidatos que viriam em busca apenas de aperfeiçoamento de seus conhecimentos, ou em busca de assistência para a realização de pesquisas, e candidatos que viriam em busca de um grau universitário mais elevado, o doutoramento. Isso orientaria a organização do curso.

Os cursos de pós-graduação poderiam ter a duração de um ou dois anos, ou mais no caso do doutoramento. O desenvolvimento dos estudos e pesquisas far-se-ia essencialmente através de seminários, seminários com S maiúsculo agora, pois nêles se trataria de pesquisas originais.

Deveria ser assentado que sòmente a estada de dois anos no curso daria direito a certificados e títulos: 1. o estudante que, depois de pesquisas orientadas por professor especializado (em dois ou mais anos, dois no mínimo), defendesse tese e cumprisse requisitos impostos pelo regimento receberia o diploma (ou o título) de doutor. O doutoramento deveria ser acessível apenas aos que tivessem feito curso básico de História; 2. ao estudante que permanecesse dois anos, mas sem defender tese, poderia ser concedido um certificado de especialização ou de estudos superiores; 3. ao estudante que ficasse um ano sòmente não seria atribuído certificado, mas, quando muito, um atestado indicando seu trabalho.

Na organização dos cursos de pós-graduação deveria merecer mais ênfase a História do Brasil — e agora vou satisfazer os professôres de História Pátria, dando posição de destaque à História do Brasil.

As Faculdades deveriam ter nos seus cursos de pós-graduação verdadeiros centros de estudos históricos brasileiros, nos quais se cuidaria dos diferentes aspectos da História do Brasil — econômico, político, social, regional, etc. Aqui ganhariam os estudos da História do Brasil a amplitude que todos desejamos; aqui se faria o desenvolvimento dos estudos que todos preconizamos. Este seria o centro de estudos mais importante para os já graduados. Isto corresponde à necessidade real brasileira, e não a criação exclusiva de centros de estudos africanos, asiáticos, eslavos, que satisfazem apenas injunções políticas internacionais do momento. Não excluo a possibilidade de haver cursos sôbre tais assuntos, mas não concordo com a preferência aos centros preconizados.

Além do centro de estudos brasileiros, os cursos de pós-graduação ofereceriam outras possibilidades aos candidatos, que poderiam escolher matéria do seu gôsto dentro das cadeiras do

curso de História. Poder-se-ia ter outros grupos de matérias, por exemplo, sôbre Portugal, sôbre a América, sôbre expansão colonial, sôbre o Império Romano.

Dos estudantes que buscassem especializar-se exigiriam os professôres os conhecimentos subsidiários julgados convenientes. Para o pretendente à especialização em História da Antigüidade Clássica, o conhecimento do Latim e do Grego; para o interessado em pesquisas no campo da História Econômica, conhecimento de Economia, organização financeira ou estatística, conforme a necessidade. Essas necessidades de complementação dos conhecimentos poriam os estudantes em contacto com outros centros de estudo das universidades, ou, nas faculdades isoladas, com cadeiras de outras seções. Intercâmbio êste altamente vantajoso.

Tôdas as Faculdades não precisariam manter os mesmos cursos, mas escolheriam aqueles que pudessem desenvolver melhor. Criar-se-iam em diferentes pontos do país cursos variados: tal Faculdade notabilizar-se-ia por seu centro de estudos de História Antiga ou de História Medieval; tal outra, por seus estudos de História Econômica do Brasil, ou de História Contemporânea, e assim por diante.

Anualmente as Faculdades organizariam seus programas de cursos de pós-graduação, e o conhecimento dêles seria dado a tôdas as outras Faculdades. Isso facilitaria o intercâmbio entre as universidades ou as faculdades isoladas, de grande interêsse para o desenvolvimento dos estudos de História. Também aumentariam com tal sistema de intercâmbio as possibilidades de trabalhos em equipes, às vêzes muito necessários para a realização de certas pesquisas. E resta a possibilidade de trabalho em equipe e intercâmbio com centros estrangeiros.

Ainda poderia ser desenvolvido um outro tipo de curso de pós-graduação — os cursos de férias, à semelhança do que se faz na Europa e Estados Unidos, e destinados principalmente a professôres secundários, mas cursos um pouco mais longos e intensivos do que os realizados atualmente.

Com êsses cursos poderíamos dinamizar o estudo da História no Brasil. Com êles ir-se-ia formando uma equipe de historiadores capaz de desenvolver a produção histórica entre nós.

Isso é o que eu tinha a dizer, esperando agora que, dos debates, saiam rumos para a renovação do ensino de História do Brasil.

OLGA PANTALEAO
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

2 — EXPOSIÇÕES DE SIMPOSISTAS

Professôra Sônia Aparecida Siqueira

Concorda com a importância dada à História Ibérica — fundamental para o estudo da História da América e do Brasil — em cujo estudo as instituições devem ocupar lugar importante ao lado da evolução das etapas fundamentais da sociedade e da política. Considera, por outro lado, que a Geografia Humana não pode ser dada sem haver um lastro fundamental da Geografia Física. Um programa mais inteligente de Geografia, visando a formação do historiador, é o que se faz necessário no curso de História.

Professôra Cecília Maria Westphalen

Observa a professôra ter notado certa contradição na primeira parte da exposição, no que se refere ao aparente antagonismo aqui criado em torno de uma ênfase a ser dada à História do Brasil ou à História Geral. A relatora deu a impressão de que considera a História como um todo até a época do descobrimento, citando, por exemplo, a necessidade do estudo de instituições medievais e mesmo romanas, para o conhecimento das origens das instituições brasileiras; a partir do descobrimento parece que a História se bifurca, e a História do Brasil passaria a encerrar-se em um tubo de ensaio, rejeitando a teoria dos vasos comunicantes.

Na segunda parte, contudo, a relatora aplaude de maneira veemente e recomenda mesmo situar os fatos da História do Brasil dentro da História Geral, citando o exemplo da abertura dos portos. Lembra a professôra que, numa reunião de equipe em São Paulo, usou como exemplo semelhante o mercantilismo, e que além dêsses, outros exemplos brasileiros poderiam

ser indicados para ilustrar estudos da História Geral. Considera a professora a História como um todo e afirma que êsse tem sido o espírito das suas afirmações.

Professor José Ernesto Ballstaedt

1 — Considera o professor que no quadro apresentado pela relatora, a História das Instituições Ibéricas, que é uma matéria subsidiária, aparece com a mesma importância da História da América à qual deve servir de complemento. Assim a História Ibérica aparece na 2a. série e a História da América — assim como a História do Brasil — surge na 3.ª série e como matéria de opção na 4a. série. Estudar-se-á o subsídio em um ano e a matéria principal em um ano também.

2 — Indica o professor a seguir que, para a América interessam apenas as instituições de Castela, devendo ser deixadas de lado as instituições de Valência, Maiorca, Catalunha. Isto porque havia uma legislação especial para a América, codificada na “Recopilación de las Leyes de Indias” que remetia somente aos códigos de Castela.

3 — Acha o professor que se deve formar uma mística do cidadão. Para o caso do Brasil não poderá ser senão uma graduação do homem brasileiro, do homem americano e posteriormente do homem mundial. E’ conhecido que a América, graças ao trabalho de delegados pan-americanos, forma um bloco regional-continental no seio da ONU, cuja Carta reconhece a unidade americana. Dada a importância da idéia de América não concorda o professor com a diminuição da História da América no currículo e não vê como colocar a História dos nossos vizinhos num plano de inferioridade.

Professor Guy de Hollanda

1 — Considera o professor ponto essencial reivindicar para as universidades e para as Faculdades isoladas a maior autonomia na elaboração do currículo. Legalmente, como o demonstra o exemplo da Universidade do Ceará, é possível a uma universidade estabelecer um currículo próprio, diferente do padrão único federal. No caso das faculdades isoladas a situação é di-

ferente, não gozam elas de autonomia, sendo controladas pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. E' possível, contudo, que elas também venham a obter autonomia para fazerem seus currículos. Considera que na reforma universitária, ponto básico deverá ser a obtenção da maior autonomia possível para a organização dos currículos.

2 — Trata a seguir o professor, do problema da estrutura do currículo. Opina que o Simpósio não deve recomendar tipo nenhum de currículo, deixando a maior liberdade às faculdades.

Deseja, porém, apresentar um esquema de currículo diferente de todos os que já foram considerados, como uma das possíveis soluções para o problema:

O ensino superior de História deveria ser estruturado em várias etapas: 1) etapa inicial de três anos — curso básico ou de formação; 2) fase de dois anos de pós-graduação ou especialização; 3) depois do curso básico, um ano puramente pedagógico.

Indica o professor que o aluno, tendo feito os três anos do curso básico poderia fazer em seguida ou o ano pedagógico ou os dois anos de pós-graduação. Deveria ficar-lhe reservada a possibilidade de, tendo feito o ano pedagógico, poder seguir depois o curso de pós-graduação, ou tendo feito a pós-graduação primeiro, poder cursar depois, querendo, o ano pedagógico.

Na estruturação do curso de formação propõe três direções, considerando que não há necessidade de obrigar todos os alunos de História a seguirem currículo básico idêntico.

E' a seguinte a organização:

1a. DIREÇÃO: HISTÓRIA ANTIGA

Primeira série: 1. Introdução metodológica à História;

2. História Antiga: curso introdutório que abrangeria algo do Antigo Oriente e de Grécia e Roma.

3. Latim ou Grego (propõe a opção pela dificuldade de colocar juntos Latim e Grego).

Segunda Série:

1. Latim ou Grego.
2. História Greco - Romana: cursos preponderantemente monográficos, nada impedindo, contudo, que sejam gerais.
3. Arte Clássica.

Terceira Série:

1. Latim ou Grego.
2. Literatura Latina ou Grega (com trabalhos práticos sobre textos).
3. História Greco-Romana (curso monográfico).

No curso pedagógico, além das matérias pedagógicas (indicadas adiante) o aluno estudaria fundamentos de História Medieval, Moderna e Contemporânea, História da América e do Brasil, que não vira no curso básico. Este estudo se faria em função do curso secundário e seria articulado com a prática de ensino.

O curso de pós-graduação teria:

Primeira Série:

1. Paleografia Greco - Romana (isto é uma sugestão, podendo-se escolher outra disciplina auxiliar).
2. Especialização numa matéria que a Faculdade pudessem oferecer no campo dos estudos clássicos.
3. Teorias da História.

Segunda Série:

Seminários para a preparação da tese de doutoramento.

2a. DIREÇÃO: HISTÓRIA MEDIEVAL

Primeira Série:

1. Introdução metodológica à História.
2. História Medieval: curso introdutório.
3. Latim.
4. Uma língua correspondente ao período medieval — românica, germânica ou eslava — conforme as possibilidades da Faculdade.

Segunda Série:

1. Latim Medieval.
2. Literatura correspondente à língua estudada na primeira série.
3. Arte Medieval.

Terceira Série:

1. Literatura Latina Medieval.
2. Literatura (continuação da cadeira da 2.^a série).
3. História Medieval: cursos baseados num contato com as fontes em Latim Medieval e, se possível, nas outras línguas escolhidas pelos candidatos.

No curso pedagógico, o aluno teria fundamentos de História Antiga, Moderna e Contemporânea, História da América e do Brasil, aplicados ao ensino secundário, articulados com a prática de ensino.

No curso de **pós-graduação:**

Primeira Série:

1. Paleografia latina medieval ou qualquer outra, de acordo com os conhecimentos lingüísticos anteriores e as possibilidades da Faculdade.
2. Especialização à escolha, numa matéria que a Faculdade pudesse oferecer no campo dos estudos medievais.
3. Teorias da História.

Segunda Série:

Seminários para preparação da tese de doutoramento.

3a. DIREÇÃO: Concentra a atenção no mundo moderno e abrange **HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA, HISTÓRIA DA AMÉRICA E DO BRASIL**

Primeira Série:

1. Introdução Metodológica à História.
2. Cursos introdutórios de História Moderna e Contemporânea, do Brasil e da América.

Segunda Série:

1. História Moderna ou da América ou do Brasil Colonial (Curso monográfico).

2. Uma ciência social à escolha do aluno.
3. (à escolha) História da Arte, Literatura, Filosofia, História das Idéias, etc., correspondente à História Moderna ou da América ou Brasil Colonial (curso monográfico).

Terceira Série:

1. Curso monográfico de História Contemporânea, da América ou do Brasil Independente.
2. Uma ciência social à escolha do aluno.
3. (à escolha), curso monográfico, como na Segunda Série, 3, mas História Contemporânea, da América ou do Brasil Independente.

No curso pedagógico, o aluno teria fundamentos de História Antiga e Medieval, aplicados ao ensino secundário, articulados com a prática de ensino.

No curso de **pós-graduação:**

Primeira Série:

1. Paleografia Ibérica, séculos XV e XVIII.
2. Especialização à escolha numa matéria que a Faculdade pudesse oferecer no campo dos estudos modernos, americanos e brasileiros.
3. Teorias da História.

Segunda Série:

Seminários para preparação da tese de doutoramento.

No curso pedagógico as matérias seriam comuns a todos os alunos de História e seriam as seguintes:

1. Fundamentos da Educação.
2. Psicologia da Adolescência e da Aprendizagem.
3. Didática da História e Prática de Ensino.

Tal projeto, disse o professor, seria aplicável em qualquer faculdade e teria a vantagem de dar ao aluno a base indispensável de elementos instrumentais, sem os quais não seria possível uma pós-graduação de caráter científico.

Professor Fernando Sgarbi Lima

Considera que a formulação do currículo implica na própria concepção da História.

Indica discordar da orientação dada ao currículo pela relatora.

1 — A seu ver a Paleografia, simples técnica, recebe a mesma ênfase dada à História Moderna e Contemporânea.

2 — Vê uma contradição entre o ponto de vista defendido pela relatora de que há necessidade de maior integração da História do Brasil na História da Comunidade Ocidental e na do Mundo, e a diminuição da História Moderna e Contemporânea e da História do Brasil no currículo. Não vê, assim, como se pode chegar à integração. Considera que a relatora deu ênfase à História Medieval, sacrificando a História Contemporânea, que, dessa maneira, tornar-se-ia apêndice de outras matérias.

3 — Não concorda com a atribuição de dois anos à História da Arte, disciplina auxiliar, complementar, preferindo limitá-la a um curso optativo.

4 — Não compreende como num curso de História sejam sacrificadas a História do Brasil e da América e a Moderna e Contemporânea e sejam atribuídos dois anos à Geografia.

5 — Considera que o problema da especialização e o da formação do professor não se resolveriam com o currículo apresentado pela relatora. Com tal currículo não se formariam nem especialistas, nem professôres do ensino médio.

6 — Concorda com a observação do Professor José Ernesto Ballstaedt, contrária à ênfase dada no currículo à História das Instituições Ibéricas, elemento subsidiário aos estudos de História do Brasil e da América.

7 — Diz preferir continuar com o currículo existente na faculdade onde leciona.

Professor Padre Emílio Silva

Diz serem de grande importância na História as instituições políticas, jurídicas, etc., acrescentando que o ensino da matéria sobre instituições políticas e jurídicas não deveria ser atribuído a um sociólogo, mas a um jurista por causa da dificuldade e da extensão que apresenta. Embora não figure no currículo das Faculdades de Direito, no Brasil, a História do

Direito. o jurista tem mais preparo do que o sociólogo, para dar História das instituições jurídicas e políticas.

No que se refere às disciplinas complementares e auxiliares deve-se distinguir a sua contribuição formativa fundamental para professôres e especialistas. Dever-se-ia dar nessas disciplinas, tôdas importantes, noções para orientar o aluno, podendo-se obter grande flexibilidade com o estabelecimento de vários cursos trimestrais. Nesses cursos dar-se-iam noções das coisas complementares, com bibliografia, orientação e nomenclatura. Propunha que se incluíssem várias dessas disciplinas em caráter facultativo, com a maior liberdade de escolha. Cada aluno escolheria de acôrdo com seus gostos e interesses. Assim, o Latim Medieval, por exemplo, existiria só para os alunos que desejassem cultivar os estudos da Idade Média.

Considera ser indispensável para o conhecimento da História de qualquer povo a História da Literatura, ou se se quiser generalizar um pouco mais, a História das Idéias. Esta deveria ser introduzida no currículo e poderia substituir o curso de História da Arte, ou vir junto com êle.

Quanto às instituições ibéricas, é verdadeira a distinção feita pelo Professor José Ernesto Ballstaedt. Mas a América foi descoberta quando já estava feita a união ibérica e, embora continuasse a existir certa autonomia dentro dos diversos reinos peninsulares, ao falarmos de instituições ibéricas referimo-nos às da Espanha, que então prevaleciam e passaram para a América, sem desconhecer que havia instituições particulares em diversas regiões.

Professor Paulo Pereira de Castro

Põe o problema de que existe uma distinção entre História Geral e a História Nacional e entre a História Geral e Histórias Especializadas. Sob o ponto de vista nacional, o destino nacional não se insere na História Geral.

A História Geral, na medida em que a conservamos como expressão de uma concepção da união do mundo, corresponde à reconstituição dessa unificação do mundo.

Através de um desenvolvimento cronológico destacado do processo histórico, ramos do conhecimento podem ser ordenados por uma questão metodológica altamente útil.

Considerando o problema do currículo, é partidário de um escalonamento no tratamento da História Geral: as origens da civilização moderna — período antigo; história do desenvolvimento da civilização ocidental, propondo como limite a Revolução Francesa e a História Contemporânea. Paralelamente a isso, como parte do processo de unificação do Mundo, a História da Colonização, que deveria englobar a História da América, considerada não sob o ponto de vista de histórias nacionais, mas sob o ponto de vista geral.

As cadeiras especializadas, na sua grande maioria, não deveriam ser encaradas como matérias obrigatórias. Deveriam ser optativas, no sentido mais completo, isto é, não deveriam entrar as matérias no plano de promoção, atendendo simplesmente a uma necessidade do aluno para complementação do seu quadro de História Geral ou Nacional.

As matérias complementares são tôdas importantes, mas sua inclusão normal, obrigatória, no currículo, pressupõe a sua redução a um plano propedêutico e o professor mostra-se contrário aos cursos propedêuticos. Os cursos devem dar conhecimento adequado e não um verniz apenas. O problema tanto dos cursos complementares como dos cursos especializados poderia resolver-se por uma melhor articulação entre as cadeiras. Os próprios professôres incluiriam no planejamento dos seus programas, preleções sôbre assuntos necessários ao conhecimento de problemas, como por exemplo, sôbre questões de Geografia; então através da articulação das cadeiras, se suprimiria a necessidade de multiplicação de cursos complementares.

Quanto à flexibilidade dos currículos, acha o professor, ser ela acima de tudo flexibilidade de certificados, contando com a escolha de especialidade. A grande questão é ensinar História aos alunos de História; o mais será dado na medida do possível.

Professor Francisco José Calasans Falcon

O professor aborda primeiro o problema da reforma universitária, dizendo que não é possível ignorá-la ou ignorar a sua

necessidade: ela se fará, queiramos ou não. Considera ser uma ilusão querer estruturar um currículo qualquer para depois impô-lo a uma reforma da Universidade ou da Faculdade de Filosofia. Deveríamos ter em vista três hipóteses:

1 — A História em função da situação atual, considerando o que podemos fazer em relação às condições existentes;

2 — a História diante de uma reforma das Faculdades de Filosofia;

3 — a História diante da reforma universitária.

Acha o professor que apenas o primeiro item foi abordado e por isso restringe-se em sua argumentação a êle sòmente.

Os problemas relativos à cátedra, à especialização do professor do ensino superior e inúmeros outros foram apenas citados no relatório e postos à margem. Por falta de tempo o professor não os focalizará.

O professor discorda da idéia apresentada no relatório, de que se pode dar uma formação única para preparar o especialista e o professor do ensino secundário. A relatora, diz o professor, apresentou uma visão da realidade brasileira, segundo a qual há necessidade de uma formação histórica integral. Mas há uma contradição entre o princípio de que parte e o fato de excluir considerações sôbre a reforma. Disse o relatório que os alunos deveriam vir do curso secundário mais preparados, sabendo melhor francês e português, além do latim, que se deveria criar o colégio universitário. No entanto, não se pode pensar nisso sem falar em reforma, pelo menos na Lei de Diretrizes e Bases, de modo que a realidade da reforma apresentasse sempre em qualquer exposição sôbre problemas de ensino.

Manifesta-se o professor radicalmente contrário à inclusão do Latim no exame vestibular, porque incluindo-o, no interesse da História da Antigüidade e da Idade Média, iríamos acabar exigindo muitas outras coisas e, tornaríamos o vestibular um obstáculo mais difícil do que já é. Pondera que o vestibular deveria ser mais acessível, para não criar barreira ao ingresso de maior número de alunos na Universidade. O vestibular é uma barreira artificial, decorrente da incapacidade das facul-

dades de receberem todos os alunos que terminam o curso colegial.

Esclarece que o artigo da Professôra Maria Yedda Leite Linhares, citado no relatório, saiu com uma série de falhas ao ser publicado, por defeitos de composição. Logo será novamente publicado e então o pensamento da autora aparecerá na sua íntegra.

No que respeita à Universidade de Brasília diz que ninguém pensa em impô-la como padrão. Devemos partir para maior liberdade de ensino, pois as condições diversas dentro do Brasil exigem soluções diversas nas universidades e faculdades isoladas.

O professor, a seguir, defende a criação de centros de estudos afro-asiáticos, alegando, de um lado, que opor-se a ela é entrar em contradição com o presente, e de outro, que há entre nós falta de especialistas em assuntos da África, dos quais precisa o Itamaratí. Criar tais centros de estudo seria abrir mais campo para os historiadores, campo que cortaríamos estando só voltados para o passado. Considera que, ao dizer que a criação dos centros citados obedece a contingências políticas do momento, a relatora também estava adotando um ponto de vista político.

O professor ainda fez suas as críticas do Professor Sgarbi Lima à colocação da História Moderna e Contemporânea em apenas uma série do curso.

Professor Padre Carlos Weiss

Considera o professor que o esquema de currículo apresentado pela relatora reduz o estudo da História em favor de outras disciplinas, quando deveríamos pôr no centro dos estudos históricos a própria História.

Diz não concordar com a divisão da História em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, que considera inadequada para o estudo que hoje fazemos da História das civilizações. E esta divisão aplica-se unicamente a uma determinada civilização. Propõe que, em lugar das denominações usuais, seja adotado o título de **História da Civilização Ocidental**.

Apresenta o professor indicações para organização do currículo de História. A História da Civilização Ocidental, apresentada nos seus três aspectos — medieval, moderno e contemporâneo — deveria aparecer nos três primeiros anos do curso. Dela se encarregariam dois professores catedráticos, porque o campo é muito vasto.

No primeiro ano estudar-se-ia a História da Antigüidade em quatro aulas semanais e a Pré-história em duas aulas semanais, sendo que esta matéria deveria aparecer no curso básico e não apenas nos de pós-graduação.

Nos segundo e terceiro anos entrariam a História do Brasil e a História da América, que seriam dadas paralelamente com a História Moderna e Contemporânea, de modo a fazer o entrosamento entre elas.

Outros cursos, seja História Eclesiástica, seja História da Arte, seja História Ibérica, ou História de Portugal poderiam ser introduzidos livremente pelas faculdades. Diz o professor preferir o título História Ibérica a História das Instituições Ibéricas, pois não é possível excluir a História Política que fornece a base cronológica para o estudo. Poder-se-ia na História Ibérica dar maior ênfase às instituições sociais, políticas e econômicas. Todas estas matérias seriam facultativas, devendo o aluno estudar uma delas em cada ano.

No quarto ano far-se-iam cursos monográficos, podendo o aluno optar por um dêles, entrando numa certa especialização.

No plano apresentado pelo professor haveria quatro disciplinas históricas, em cada série, com um total de onze aulas semanais.

Além das matérias históricas, haveria em cada série Filosofia ou Metodologia, assim distribuídas:

Primeiro ano: Introdução à Filosofia, abrangendo Teoria do Conhecimento e Lógica no primeiro semestre, e Psicologia no segundo semestre.

Segundo e terceiro anos: Metodologia, introduzindo-se aí a iniciação em todas as técnicas necessárias ao estudo da História, inclusive a Paleografia.

Quarto ano: Filosofia da História, ou Teorias da História, como prefere o Professor Eremildo Luiz Vianna.

A isso acrescentar-se-ia uma disciplina auxiliar — Geografia, Antropologia Social ou Cultural, ou outras, deixando-se a maior liberdade de escolha às Faculdades. Em cada série haveria só uma dessas disciplinas auxiliares.

Completando o currículo, haveria um seminário obrigatório e um seminário facultativo em cada ano.

Professor Antônio Camilo de Faria Alvim

Diz estar de pleno acôrdo com as linhas gerais do trabalho considerando difícil atender tôdas as opiniões, pois sôbre o assunto há tantas sentenças quantas são as cabeças.

Diz ainda que, quanto ao esbôço de currículo, apóia as palavras do Professor Fernando Sgarbi Lima e do Professor Padre Emílio Silva, no que respeita à colocação da História da Arte e da Geografia em dois anos do curso, com prejuízo da própria História; poder-se-ia ter melhor resultado, reservando um ano para Antropologia e dois anos para História do Brasil, matéria cuja posição deseja defender.

Professor Gerson Costa

Considera o trabalho da relatora muito prático, diferente de outras exposições de aspecto etéreo.

Crítica a proposta de introdução do Latim e da Literatura Latina, do Grego e da Literatura Grega no curso de História, que visa o preparo do professor secundário, considerando que isso seria contrário à necessidade de se dar maior ênfase à História e traria a falência do curso.

Faz o professor observações sôbre a posição da Geografia no currículo. Diz não concordar com a exclusão da Geografia Física, e achar que a inclusão no currículo da Geografia Humana sòmente não satisfaz as necessidades da História. Propõe que a Geografia seja estudada em três anos do curso de formação: no primeiro ano, uma Geografia retrospectiva, que possa servir à História ali colocada, a História Antiga; no segundo ano, Geografia retrospectiva, que sirva à História colocada nesse ano, a História Medieval; no terceiro ano, aspectos geo-

gráficos que possam servir à História colocada no terceiro ano, isto é, a História do Brasil e História da América, a História Moderna e Contemporânea. No seu plano haveria uma aula semanal de Geografia no primeiro ano, uma aula semanal no segundo ano e duas aulas semanais no terceiro. Não pretende com sua proposta, diz o professor, enxertar a Geografia no curso de História, mas é de opinião que o bom conhecimento histórico deveria assentar também em base geográfica.

Propõe a adoção do título **Geografia Retrospectiva** em lugar de Geografia.

Professor Nilo Garcia

Acha o professor que a relatora mostrou no seu trabalho preferência pelos fatos mais remotos e um esquecimento pela melhor explicação dos fatos mais recentes. Esta preferência seria talvez um dos motivos do pouco zêlo que demonstram autoridades e outras pessoas pelos assuntos históricos e pelos especialistas em História. O estudo da História, segundo prefere, deve servir para melhor explicar o presente e não para acumular conhecimentos do passado sem maiores aplicações.

Considera o professor fundamental a colocação da História do Brasil em três anos do curso, julgando perigoso que seu estudo seja descurado, como aconteceria com sua inclusão em uma só série do currículo.

Não concorda com a colocação do Latim no exame vestibular, preferindo a manutenção da Geografia. Diz não compreender porque a relatora propôs a exclusão da Geografia do vestibular, quando no seu currículo, incluiu a matéria em dois anos do curso. A seu ver, a Geografia, mantida no vestibular, deveria aparecer na primeira série do curso, sob a rubrica da Geografia Econômica.

Defende a posição da Língua Tupí, embora reconhecendo que ficaria melhor num curso de línguas, por considerá-la mais do que mera curiosidade na formação de um professor, por ser seu conhecimento necessário num país de riquíssima onomástica e toponímica ameríndia.

Professor Othelo S. Laurent

Diz concordar com a autonomia das Faculdades preconizada pela relatora e outros membros do Simpósio mas em termos. E' preciso não perder de vista a realidade brasileira. Não podemos dar tão ampla autonomia às Faculdades de Filosofia na elaboração dos currículos porque muitas delas, sobretudo Faculdades isoladas, não estariam em condições de fazê-lo. Para impedir que se tumultue o ensino, dever-se-ia, segundo o professor, conceder uma autonomia em termos, manter-se uma orientação geral, sob o contróle de uma entidade, de uma organização cultural capaz.

Levanta depois o problema do encaminhamento dos alunos aos cursos de pós-graduação. Considera a dificuldade que se apresentaria se os próprios professôres se encarregassem de sugerir aos alunos que fizessem especialização nas suas cadeiras. Sugere, então, o professor, que os Departamentos se encarreguem da questão, pois acompanharam a vida escolar dos alunos e o seu desenvolvimento cultural. Poderiam também fazer indicações aos professôres sôbre as possibilidades dos estudantes.

Embora não concordando com o esquema de currículo apresentado, compreende que se trata de um projeto destinado a estimular a discussão do problema pelos simposistas. Sôbre o conteúdo do currículo diz que há nele pouca História e muita Geografia; que ao título Arqueologia e História da Arte preferiria Pré-história e Arqueologia e que poria História da Arte em um só ano. Mas tudo isso é questão de ponto de vista.

Professor Manoel Lelo Bellotto

Aponta o professor o que acha uma omissão do relatório: não foi tratado o problema do ensino da História nos cursos de Geografia. A legislação tanto federal como estadual não é muito clara sôbre a obrigatoriedade da disciplina de História no curso de Geografia e da disciplina de Geografia no curso de História. A relatora incluiu a Geografia na primeira e na segunda séries do curso, no projeto de currículo apresentado. Também outros professôres defenderam a inclusão da Geografia no curso de História. Por equidade, se se adota a inclusão da Geogra-

fia no curso de História, dever-se-á também incluir a História no curso de Geografia.

Indica o professor que não existe delimitação ou planejamento para o ensino de História no curso de Geografia. Há várias soluções. Em Rio Claro, por exemplo, é dada a História da Civilização distribuída em três anos do curso de Geografia. Em Presidente Prudente também é dada uma História da Civilização. Não há programa pré-determinado. Uma solução para o problema seria fazer o planejamento dos cursos de História nos próprios Departamentos de Geografia, sujeitando-o depois à aprovação da Congregação da Faculdade. Parece, contudo, ao professor, que dêste Simpósio deveria emanar a orientação a se adotar na abordagem da História nos cursos de Geografia.

Professor Eduardo d'Oliveira França

Acha o professor que o trabalho revela conhecimento preciso da sistemática e dos problemas que acarreta uma definição de currículo. Louva a habilidade com que a relatora, para dar aos simposistas material de discussão, conseguiu superar dificuldades que pareciam insuperáveis. Salientando o equilíbrio atingido na visão dos problemas abordados, considera pontos altos da exposição:

1 — A plásticidade da organização dos currículos, deixando às Faculdades uma opção entre várias alternativas. Talvez estejamos aqui, diz o professor, no limiar de uma visão futura das Faculdades no Brasil, em que cada uma se aplicará num certo setor, caracterizando-se por uma determinada linha de investigação e de ensino.

2 — Posição tomada em relação ao curso de especialização, mostrando que devemos cogitar de fazer cursos de pós-graduação.

3 — Indicação da necessidade dos cursos de férias, para atualização dos conhecimentos dos antigos alunos.

4 — A distinção feita entre Introdução aos Estudos Históricos e o estudo da Teoria da História, discordando somente, no caso da última disciplina, quanto ao ano em que foi colocada, achando melhor o quarto ano.

A seguir o professor apresenta alguns reparos à posição tomada pela relatora.

A relatora fez concessões a certos pressupostos tradicionais, talvez necessárias para não se darem saltos muito grandes.

Assim, foi proposta uma seriação onde há um pressuposto de certas obrigatoriedades, isto é, colocar determinadas matérias por série. O professor teria abandonado essa idéia de seriação para propor um elenco das disciplinas julgadas melhores ou mais convenientes para a formação dos futuros professores de História e dos futuros historiadores.

Também a relatora não ultrapassou a periodização tradicional na nomenclatura que se baseia numa História já elaborada, numa História estática e não numa visão mais dinâmica da História.

Tem o professor, dúvidas sobre essa nomenclatura de cátedras e de cursos dentro de uma periodização tradicional e sobre uma visão tradicional do ritmo do ensino em anos escolares.

Certas dificuldades talvez pudessem ser superadas com cursos semestrais, intensificando-se, neste caso, o número de aulas e seminários constantes do horário.

Ainda, não quis a relatora romper com a tradição das cadeiras e dos cursos previstos para elas. Aludindo ao esquema que ele indicou no seu relatório, conclui dizendo que um currículo da sua autoria romperia com toda a periodização e seria tão subversivo que nem ousaria apresentá-lo aqui no Simpósio.

Professor Pe. Carl Laga

Considera o relatório equilibrado. Chama a atenção para o fato de que será preciso restabelecer este equilíbrio se for mudada ou trocada alguma coisa.

Faz sua a idéia do Prof. Eremildo Luiz Vianna de que é possível fazer algo diferente, e mesmo melhor, com a condição de ser mantido o mesmo equilíbrio.

O professor Falcon diz que realmente entre a reforma universitária e o nosso trabalho há implicações, como há também entre nosso trabalho, reforma universitária e todos os outros

curso. Temos entretanto, o direito de conhecer nossos limites, e eles são tais neste Simpósio que não podemos enfrentar problema de tal envergadura. A resolução de tal problema poderia ficar para outro encontro, sobre cuja possibilidade os simposistas poderão resolver.

Professor Eremildo Luiz Vianna

Concorda em que os alunos chegam à Faculdade com falta de base, mas não devemos exagerar essa afirmação. O Colégio Universitário, que prestou excelentes serviços, será novamente criado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Sobre a Universidade de Brasília diz que ela apresenta uma solução para o problema do ensino superior, que não deve ser imposta a todo o Brasil. Há outras soluções para certos problemas, como a criação do Instituto de Investigações Históricas na Universidade do Brasil.

Sobre o esquema de currículo apresentado, faz as seguintes restrições: a matéria Instituições Políticas, Jurídicas, etc., dificilmente poderá ser dada; a História da Arte é muito desenvolvida; a História Moderna e Contemporânea e a História do Brasil não podem ser dadas em um ano só.

Diz preferir ficar com o seu currículo que tem somente quatro matérias em cada série, reserva à História Moderna e Contemporânea dois anos (Moderna numa série e Contemporânea noutra), coloca História Antiga na primeira série e História Medieval na segunda, e História da América e História do Brasil em duas séries. E esse currículo permite formar professores e especialistas, o que o esboço de currículo apresentado não permite.

Diz ter resolvido o problema da História Ibérica encarregando um assistente da Cadeira de História Antiga e Medieval das aulas sobre a matéria, em três horas semanais.

Concorda com o Professor Guy de Hollanda em que devemos ter currículos plásticos e acha que se deve apenas indicar quais as cadeiras e disciplinas necessárias, para que as Faculdades as distribuam. Considera o currículo apresentado pelo Professor Guy de Hollanda avançado demais para o Brasil,

mas o acha excelente, porque o aluno ao entrar na Faculdade já pode escolher alguma coisa.

Cita o professor, como bom exemplo de organização, a Universidade de Pôrto Rico, onde o aluno faz um curso básico primeiro.

Lembra ainda que a lei exige a observância nas Faculdades de um padrão mínimo, havendo, contudo, certa autonomia, que permite a criação de novas disciplinas.

Concorda com o Professor Falcon sôbre a importância dos Institutos afro-asiáticos, pois precisamos viver dentro da realidade. Comunica que por proposta sua, aprovada pelo Conselho Universitário, foram criadas cadeiras de Língua e Literatura Árabe e Língua e Literatura Chinesa na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, atendendo às necessidades de conhecimentos atuais.

Professôra Maria Clara Rezende Teixeira Constantino

Diz que preferiria estar no primeiro dia do Simpósio para poder discutir mais a fundo questões relativas ao currículo.

Propõe para solucionar o problema da História Moderna e Contemporânea uma distribuição de caráter temático no terceiro ano, quando os alunos já estão mais amadurecidos. Num só ano, com ampliação do tempo destinado à História Moderna e Contemporânea poderíamos ter dois ou mais especialistas tratando de determinados temas que se alongam na época moderna e contemporânea desde o alvorecer até o momento presente. Não se sacrificaria neste caso nem a visão monográfica, nem a visão global dêsse momento histórico. Simpatiza, por outro lado, com a introdução da História Antiga e da História Medieval no primeiro e no segundo anos. O problema que se põe com a História Moderna e Contemporânea deve-se ao fato de dispormos de tempo escasso para distribuição conveniente.

No que diz respeito à Teoria da História, lamenta que problemas importantes a ela referentes não tenham sido sequer abordados.

Professôra Emília Tereza Álvares Ribeiro

Concorda com o plano geral da relatora e em especial com a idéia de se estudar História sob um aspecto global. O homem

para compreender sua historicidade precisa entender o Mundo Oriental e Ocidental, o passado e o presente, diz a professôra.

Considera importante que se dê uma introdução geográfica à História, mas não concorda que se coloque a Geografia em dois anos.

É de opinião que se deve fazer uma introdução paulatina dos estudos do Oriente em relação à História do Ocidente.

Devemos fazer História como História pela História, diz a professôra. A História, acima de tudo, é matéria educativa e dos professôres de História depende muito o entendimento universal, se derem noções que quebrem os preconceitos.

Professôra Alice Piffer Cannabrava

Diz que fará algumas observações a título de sugestões e como prova de interêsse pelo relatório.

Considera que o nosso grande problema é o de conciliar a necessidade de querermos que o aluno saia com excelente base — e nessa base pensamos que muitas coisas são indispensáveis — com o tempo.

Sugere, como meio de solucionar problemas de currículo, a adoção do sistema da Faculdade de Medicina de Ribeirão Prêto coordenando cadeiras e disciplinas. Cadeiras poderiam ser transformadas em disciplinas e em tôrno de um professor reunir-se-iam diversos assistentes encarregados de várias disciplinas diferentes. Nessa linha de orientação, poder-se-ia pôr na Cadeira de História Moderna, como disciplinas, a Paleografia e a História Ibérica ou na Cadeira de História Antiga, a Arqueologia, resolvendo assim problemas de currículo. Sobrariam, com essa organização, claros que poderiam ser preenchidos com uma Cadeira de Economia, por exemplo. Dado o desenvolvimento em todos os ramos da História da parte correspondente à História Econômica, não se pode fazer a História Moderna e Contemporânea sem conhecimento de Economia. O professor de Economia poderia encarregar um assistente de dar Estatística, pois ao professor de História Moderna e Contemporânea são indispensáveis as técnicas de medir.

Propõe a colocação da História da Arte em um ano, sobrando assim mais tempo para se dar História Moderna e Con-

temporânea, História do Brasil e História da América que deveriam aparecer em dois anos. Discorda do Professor França em reduzir o ensino da História da América a um ano, que acha insuficiente. Há uma realidade básica que não podemos esquecer: o ano universitário no Brasil não chega a seis meses de aula e esse tempo é insuficiente para darmos História da América.

Pergunta a seguir à relatora porque introduziu uma Cadeira de Introdução ao Estudos Históricos no primeiro ano e uma de Teoria da História no terceiro ano. Tomando como base quatro autores diferentes que tratam do método e da introdução aos estudos históricos, verifica-se que a massa dos problemas fundamentais nêles tratados nestes quarenta anos é a mesma. Por isso, parece-lhe não haver fundamento para a separação indicada.

Major Sebastião da Silva Furtado

Embora não seja professor de Faculdade de Filosofia, o Major Furtado pediu para tomar a palavra a fim de chamar a atenção dos simposistas para a importância da Toponímia, e da necessidade que ela tem da contribuição do historiador. Por outro lado, a Toponímia pode fornecer contribuição ao historiador. Como exemplo disso cita os vocábulos “Erexim” e “erebá” existentes no Rio Grande do Sul, dados primeiro como palavras guaranis e depois corretamente interpretados como de origem Caingang. Esses vocábulos indicam a existência no Rio Grande do Sul de tribo Caingang, que emigrou do Paraná, e ficou lá isolada e formando um enclave. Os problemas toponímicos são complexos, e não podem ser resolvidos por um especialista sozinho. O concurso do historiador é necessário, mas êle precisa de conhecimentos fundamentais. Diz o Major não querer fazer sugestão sobre a matéria de currículo, mas faz apêlo aos simposistas para voltarem suas vistas para o assunto da Toponímia.

3. — RESPOSTAS AS EXPOSIÇÕES

A relatora indica que responderá primeiro, de um modo geral, às objeções que foram feitas ao esquema de currículo

apresentado para orientação da discussão; depois tratará individualmente das outras objeções.

Começa explicando que considera como sua contribuição aos trabalhos do Simpósio, o relatório lido, no qual indicara sua posição relativamente à reestruturação do currículo. O esquema de currículo apresentado representa simplesmente atendimento a pedido que lhe foi feito e é mera sugestão para provocar discussões em torno do problema. Não pretendeu apresentar um modelo mas apenas um quadro para mostrar os problemas que devem ser considerados na construção de um currículo de História e indicar as matérias que parecem resolver as necessidades da formação do estudante. Não representa tal esquema pensamento da relatora unicamente. Contém sugestões propostas em reuniões de equipes feitas para preparar o Simpósio; assim por exemplo, a colocação da História Medieval numa série e da História Moderna em outra; ou a denominação da cadeira Instituições Jurídicas, Políticas, etc.

No quadro é apresentado um currículo seriado (segundo costume geral), mas nada impede que se adote um regime parcelado, como foi dito no relatório, desde que se observe certa ordem de precedência na escolha das matérias. Também não há objeção a que algumas das matérias sejam consideradas disciplinas: é o hábito que leva a gente a falar sempre em cadeiras.

Na organização do currículo esquematizado no quadro, foi buscada uma maneira de levar gradativamente o aluno a ter um conhecimento da História e do método histórico: daí as matérias subsidiárias indicadas, daí todo o conteúdo do currículo. O curso seriado poderá levar ao de pós-graduação, onde então o ensino deverá tomar características bem diferentes das vigentes agora. No esquema aparecem matérias complementares, tendo sido escolhidas entre estas as que parecem dever ser mais ou menos obrigatórias.

No esquema apresentado, a relatora defende: 1) a gradação seguida para a formação do aluno; 2) como coisa nova, o trabalho que o aluno faria no quarto ano, denominado ali trabalho de licenciatura.

Esse trabalho representaria o esforço final do aluno que mostraria através dele suas possibilidades e sua força, sua capacidade de fazer um mínimo de trabalho histórico. Sob a direção do professor da matéria escolhida, o aluno prepararia e elaboraria o seu trabalho no quarto ano; não haveria inconveniente que o preparo fôsse começado no segundo semestre do terceiro ano. No quarto ano, ainda, o aluno ficaria obrigado a seguir curso em uma cadeira, que escolheria em lista preparada pelo Departamento, e em outras, facultativamente, a critério do professor orientador do trabalho.

Acha a relatora que as objeções ao esquema de currículo proposto perdem muito sua razão de ser, se se considerar, como diz o Professor Eremildo Luiz Vianna, que cada um de nós tem um currículo modelar que gostaria de ver aplicado. Por isso, no relatório, defendeu o princípio de que os currículos deveriam ser elaborados pelo Departamento de História de cada Faculdade, à qual dever-se-ia conceder autonomia nesse campo. Assim considerando, o modelo de currículo apresentado destina-se apenas a abrir a discussão em torno do assunto; a relatora nunca pensou em trazer aqui um currículo ideal e não julga o esquema definitivo.

Passa a seguir, a relatora, a responder algumas das objeções feitas às matérias contidas no currículo.

1. Instituições Jurídicas, Políticas, Econômicas e Sociais: essa denominação foi adotada por ter sido preferida por uma das equipes que se reuniu em São Paulo. Não se tratará nesse curso de fazer a história das instituições, mas de dar aos alunos um conhecimento que os capacite a distinguir bem as diferentes espécies de instituições, a distinguir, por exemplo, uma sociedade rural de uma sociedade urbana. A denominação do curso não terá sido talvez muito feliz; poder-se-ia adotar outra, Noções de Sociologia, por exemplo, desde que ficasse bem claro que o seu professor deveria ensinar aos alunos apenas o que interessa como subsídio para um curso de História. Compreende a relatora que para estudar as instituições jurídicas profundamente seria melhor ter como professor um especialista, formado em Direito, mas isso não se faz ne-

cessário se se procura apenas dar informações gerais sôbre tais instituições.

2. **História das Instituições Ibéricas**, título que, segundo diz um dos professôres, não corresponde à realidade, porque foram as instituições castelhanas que vieram para a América. E' preciso, contudo, lembrar que há na Península Ibérica também Portugal, de modo que a denominação instituições ibéricas engloba não só as espanholas em geral, ou as castelhanas em particular, como também as portuguesas. O título adotado mereceu a preferência numa das reuniões de equipes; poder-se-ia, entretanto, propor no seu lugar, História dos Países Ibéricos, o professor tendo o cuidado de estudar também a evolução das instituições.

3. **Geografia**

Alguns dos professôres acham muito colocar a Geografia em dois anos do curso, outros acham pouco e propõem seja ela introduzida em mais um ano. A relatora considera a Geografia como a primeira matéria complementar num curso de História, podendo figurar em dois anos do curso e não julga necessário que o aluno de História estude Geografia Física. Outros campos da Geografia — Geografia Regional, Geografia Humana — são mais importantes num curso de História.

4. **Matérias complementares**

Introduzidas no currículo porque o aluno tem necessidade do conhecimento de algumas matérias diferentes da História, devem aparecer de preferência no primeiro e no segundo anos. E' difícil contentar a todos na escolha dessas matérias: cada um tem suas preferências que gostaria de ver atendidas. Assim, condena-se um currículo pelo número de matérias complementares que contém, mas pretende-se substituí-las por outras tantas ou acrescentar algumas mais. No esquema foram incluídas as que a relatora julga essenciais; outras poderiam aparecer como optativas no terceiro ano, segundo as necessidades sugeridas pelos interesses de especialização dos alunos.

No que diz respeito à organização geral do curso de História, esclarece a relatora que preferiria mais uma organização

como têm as grandes universidades européias. Acha, porém, que nas condições atuais não podemos tê-la, principalmente porque não há pessoal especializado necessário. E' preciso que se forme êsse pessoal e para isso deverão contribuir muito os cursos de pós-graduação. Só depois de termos especialistas numerosos poderemos fazer uma modificação mais profunda do currículo.

Poder-se-ia, dirão, resolver o problema com o contrato de professôres estrangeiros; mas isso é difícil, dado o número grande necessário. No momento atual temos de pensar em começar a formar o pessoal especializado de que precisamos, para depois podermos fazer uma reforma revolucionária na estrutura do currículo de História. Até agora, as Faculdades de Filosofia têm-se preocupado mais em formar professôres secundários exigidos pelas necessidades do país. Não há pessimismo nestas alegações, mas a realidade aí está: é difícil compor o corpo docente de um Departamento de História, atendendo apenas às necessidades dos currículos atualmente em vigor. Onde buscar três ou quatro especialistas em História Medieval ou em História Moderna para dar aulas em nossas Faculdades?

A seguir a relatora passa a responder aos professôres que lhe fizeram objeções.

A Professôra Sônia Aparecida Siqueira

Sua objeção sôbre a Geografia já foi respondida.

A Professôra Cecília Maria Westphalen

Respondendo, diz a relatora que na sua argumentação quis mostrar a importância do estudo da História Geral, mesmo da História Antiga. Coloca-se neste particular em oposição aos que objetam que tais estudos não nos interessam porque fogem à nossa realidade atual. Nossa vida começando com a colonização portuguesa a nossa história não começa realmente em 1500: ela se prende ao passado europeu. As instituições trazidas a partir de 1500 pelos portugueses já existiam, antes disso, em funcionamento ou em embrião e foram transplantadas na íntegra ou adaptadas no Brasil. Nosso passado prendendo-se à Europa, não está em contradição com a nossa realidade o es-

tudo da História tendo como centro a Europa e incluindo a própria Antigüidade. Indicou mesmo a relatora que a origem de muitas das nossas instituições pode estar no Império Romano, ou mais comumente na Idade Média. Não quis com isso dizer que se deva estudar mais os períodos anteriores a 1500, mas que não devemos deixá-los de lado. Dentro da argumentação utilizada no relatório, não havia necessidade de mencionar as épocas mais recentes e não parece que o trabalho sugira que a importância da História da Europa diminua depois de 1500, ou que a História do Brasil se feche em si mesma a partir daquele momento.

No que respeita às relações entre História Geral e História do Brasil, diz a relatora ter conservado no seu trabalho seu pensamento sobre o assunto, sem pretender fazer polêmica. O exemplo da abertura dos portos, citado no trabalho, foi escolhido porque a questão fôra estudada recentemente pela relatora e porque servia para mostrar a importância do estudo da História Geral para melhor conhecimento da História do Brasil. Naturalmente há outros exemplos além desse, e nisso concorda com a professora.

Ao Professor José Ernesto Ballstaedt

Em parte, a relatora já respondeu as objeções sobre o curso de Instituições Ibéricas, cuja importância vem de servir êle de base para a História da América e do Brasil.

Cabe ao professor de História da América ou da disciplina em questão indicar que as instituições trazidas para a América Espanhola são as de Castela: não cabia à relatora fazer aqui a indicação. Da mesma forma, no curso de História da América deve ser mostrada a existência de um bloco americano. E não há no currículo diminuição da História da América, pois sua existência em um ano pode ser compensada por maior número de aulas.

Ao Professor Guy de Hollanda

1. A primeira consideração feita pelo professor está plenamente de acordo com o que foi dito no relatório: as Faculda-

des devem ter a maior autonomia no que diz respeito à organização do currículo.

2. Realmente, o Simpósio, diz a relatora, não vai recomendar nenhum currículo: o que está no quadro foi organizado para levantamento de problemas que existem e para excitar experiências e provocar discussões que podem levar a uma melhor organização do ensino da História.

3. Quanto ao currículo apresentado pelo professor, diz a relatora que já o conhecia, por especial deferência do Autor, tendo preferido, entretanto, não considerá-lo no seu trabalho para não quebrar a linha adotada no seu desenvolvimento.

Faz ao citado currículo algumas objeções:

a) a formação do professor secundário fica prejudicada com o que propõe o currículo, isto é, com um revisão, em um ano, de grandes partes da História. Em um ano, o aluno que, em geral não traz preparo suficiente, não terá tempo de ver o necessário de História Medieval, Moderna e Contemporânea, de História do Brasil e da América, por exemplo, no caso de seguir a 1ª direção indicada pelo professor. Ao terminar o curso, o aluno não terá conhecimento suficiente para um professor secundário e será, talvez, um professor que se limitará ao uso do manual para ensinar, o que, convenhamos, não é o ideal. O professor secundário deve saber muito mais do que aquilo que precisa ensinar.

b) para um curso de História, o currículo em aprêço tem pouca História, menos do que no esquema apresentado pela relatora. No curso de História Medieval, a História aparece no primeiro e terceiro anos, o que é pouco; e o aluno estuda mais letras. Deveria haver um equilíbrio maior, uma quantidade maior de História.

c) a Paleografia aparece no curso de pós-graduação somente. Acha a relatora que, ao chegar à pós-graduação, o aluno deve ter, pelo menos um conhecimento básico para poder ler os documentos. Sem algum conhecimento técnico, não se lê certos documentos, como os brasileiros do século XVI. Pare-

ce que aos estudantes de História Antiga é necessária a Epigrafia, não a Paleografia.

Concorda a relatora com o professor em que deve haver flexibilidade bastante para que o aluno possa fazer Didática quando lhe parecer melhor, segundo o plano exposto.

Ao Professor Fernando Sgarbi Lima

Sobre as críticas ao currículo, alguma coisa já foi respondida anteriormente pela relatora.

No que respeita à ênfase dada às diferentes matérias, diz a relatora que, não tendo indicado número de horas para os diferentes cursos, não se pode falar que tenha dado maior ou menor ênfase a cada um dêles: só poderia ser criticada se tivesse reservado, por exemplo, duas horas semanais para a Paleografia e duas para a História Moderna e Contemporânea, ou uma para História das Instituições Ibéricas e uma para História da América. As matérias subsidiárias deveriam ter, no plano da relatora, número de aulas menor que o atribuído às cadeiras fundamentais de História.

No que respeita à posição da História Medieval e da Moderna e Contemporânea, talvez haja certa razão em dizer que à última deveria ser dada maior extensão. Mas foram justamente reclamações vindas de professôres do Rio de Janeiro, na reunião da equipe de História Moderna e Contemporânea, de que não se deveria dar na mesma série História Medieval e História Moderna que influíram na proposta. Resolveu a relatora, não sem hesitar, fazer a sugestão de colocar a História Medieval, separada da Antiguidade (uma das aspirações dos professôres de História Antiga e Medieval), numa série, e História Moderna e Contemporânea noutra série. E' simples sugestão para discutir o assunto.

Foram sugeridos dois anos para a História da Arte, pensando em uma ou duas aulas por semana, mas nada impede que se ponha tal matéria em um ano com maior número de horas.

Diz a relatora não ver como o currículo poderia impedir a formação de especialistas e professôres secundários. Se não melhorar a situação, não a piorará também, pois tem uma linha de orientação. Nada impede que o Professor Lima continui

com o currículo existente na sua Faculdade, tem liberdade de fazê-lo.

Ao Professor Padre Emílio Silva

Suas objeções sôbre a cadeira ou disciplina de Instituições Políticas, Jurídicas, etc. já foram respondidas.

Concorda a relatora em que se deva preferir as disciplinas complementares e auxiliares de valor formativo para os alunos de História e se introduzam cursos facultativos, que o aluno escolheria de acôrdo com seus interêsses ou necessidades de especialização. Cursos trimestrais ou semestrais seriam boa solução para a distribuição das matérias.

Diz a relatora que entre um curso de História da Arte e um de História das Idéias, prefere o primeiro.

Ao Professor Paulo Pereira de Castro

Tendo o professor se retirado, a relatora não comenta suas observações.

Ao Professor Francisco José Calasans Falcon

Concorda a relatora em que o problema da reforma universitária é muito importante, talvez mais mesmo do que o problema do currículo de História. Mas êste Simpósio foi reunido com a finalidade de estudar o currículo de História, de modo que não nos compete discutir aqui a reforma universitária.

No que diz respeito aos problemas da cátedra, da especialização do professor do ensino superior, fogem êles ao âmbito de um trabalho sôbre reestruturação do currículo. Foram indicados no relatório como outros problemas existentes no ensino superior: não são problemas de currículo, não cabia à relatora sugerir-lhes soluções. Tratando da estruturação do currículo, poder-se-ia dizer que desejamos ter professôres universitários especializados, não professôres que se ocupem de tôdas as cadeiras de História, e transformam o ensino superior num verdadeiro ensino secundário. E a necessidade de professôres especializados foi várias vêzes mencionada no relatório.

A relatora conserva, contra opinião do professor, sua idéia de que se deve dar uma formação básica única no curso, tanto para o preparo de professôres como de pesquisadores, e não vê

a necessidade de formação diferente para uns e outros. O importante é formar no campo da História; depois, de acôrdo com o rumo tomado pelo aluno é que vem a diferenciação.

Realmente no relatório é considerada a falta de preparo dos alunos que se apresentam aos exames vestibulares para o curso de História. Esse problema do aluno não preparado pode levar-nos a falar na Lei de Diretrizes e Bases, que é esperada há tanto tempo, mas não é aqui o lugar de nos ocuparmos da reforma do ensino secundário. Há problemas imediatos que precisamos resolver nós mesmos, para melhorar nosso ensino.

Defende a relatora a inclusão do Latim no vestibular, porque êle é necessário para o estudo não só da Antigüidade e da Idade Média, como também da Idade Moderna. O Latim foi língua diplomática na Europa até o século XVII; o primeiro tratado redigido não em Latim exclusivamente foi o de Westphalia, em 1648. Serve de exemplo também no caso, o fato de que os formulários e as resoluções das Côrtes de Justiça, na Inglaterra, ainda em meados do século XVII eram redigidos em Latim. Talvez colocar Latim no vestibular venha a afugentar candidatos, mas a relatora prefere ter menos candidatos e introduzir o Latim.

A discussão sôbre o exame vestibular seria interminável. O ideal seria que o vestibular existisse sômente quando o número de candidatos fôsse superior ao número de vagas. Mas não podemos esquecer que a formação dos alunos nos cursos secundário e normal é deficiente e que precisamos exigir dêles um mínimo de conhecimento: e é através do vestibular que podemos fazer isso.

Quanto ao artigo da Professôra Yedda Linhares, não havendo qualquer indicação na revista sôbre as falhas apontadas pelo professor, não se poderia conhecer sua existência.

O professor tem razão quando diz ser necessário acabar com a universidade-padrão, e obter maior liberdade de ensino.

Sôbre os centros de estudos afro-asiáticos, a relatora esclarece que discorda quanto à existência exclusiva dêles, preconizada pela Professôra Yedda Linhares no artigo em questão. A referida Professôra fala na criação de centros de estu-

dos africanos, asiáticos, eslavos e americanos, excluindo centro de estudos brasileiros e europeus que a relatora considera também importantes. Criar agora tais centros de estudo é atender simplesmente pedido do momento político internacional e não as nossas necessidades de ensino. É certo que qualquer atitude tomada sobre o assunto pode ser considerada política, mas algo mais do que isso deve ser considerado: os nossos reais interesses culturais e a realidade histórica.

Ao Professor Padre Carlos Weiss

A afirmação de que, no esquema de currículo proposto, a História foi negligenciada não procede porque não foi ali indicado o número de horas para o estudo de cada disciplina.

O professor trouxe uma contribuição interessante para a organização do currículo da História, cuja consideração a relatora deixa a cada um dos professôres presentes.

Concorda a relatora com a afirmação de que não se deve sobrecarregar o aluno com muitas matérias, aulas, deveres e exercícios, deixando-lhe tempo para reflexão.

Acha, com o professor, que as Faculdades deveriam ter liberdade na escolha das disciplinas auxiliares e complementares.

Ao Professor Antônio Camilo de Faria Alvim

A relatora está de pleno acôrdo com o professor quando diz que cada um de nós tem o seu currículo próprio, e que sobre o assunto há tantas sentenças quantas são as cabeças.

As objeções sobre a posição da História da Arte e da Geografia no currículo já foram anteriormente respondidas.

Ao Professor Gerson Costa

Completando o que já disse sobre a colocação da Geografia no curso de História, a relatora diz que introduzir essa matéria em três anos do curso e reservar lugar à Geografia Física é voltar a um curso de Geografia e História.

Ao Professor Nilo Garcia

Diz a relatora que no seu trabalho não há preferência nenhuma pelos fatos mais remotos e nem esquecimento da importância dos fatos mais recentes. Tanto não esqueceu a relatora o mais próximo que mais de uma vez nos debates de-

fendeu o estudo da história recente, mostrando a importância do método, da pesquisa nesse campo e a exigência de técnica diferente para o seu estudo. Indicou mesmo que se deveria propor um professor diferente para o ensino da História Contemporânea. Fez, no relatório, considerações sobre o ensino de toda a História. Também lembra que a História cuida do passado do homem, não do presente; a explicação do presente é consequência dos estudos do passado.

A relatora respeita a preferência do Professor pela colocação da História do Brasil em três anos do curso, mas no caso da introdução do Latim no vestibular, mantém sua opinião.

Quanto à manutenção da Língua Tupí por causa dos nomes tupis conservados no Brasil, acha a relatora que o uso dos dicionários especializados existentes solucionará as dificuldades de interpretação de palavras que possam aparecer. Não acha que essa língua deva ser banida do ensino superior, mas não deve ser incluída no curso de História. A Língua Tupí não fornece documentos ao historiador, não lhe interessando, pois. São os antropólogos, os etnólogos que precisam de conhecer o Tupí.

Ao Professor Othelo S. Laurent

Tendo o professor se retirado, limita-se a relatora a responder apenas a uma de suas objeções, de interesse geral. É a que se refere ao encaminhamento do aluno aos cursos de pós-graduação. Acha a relatora que cabe ao aluno escolher a matéria na qual quer especializar-se, não ao professor escolher o aluno para a sua especialidade. É verdade que o professor pode influir na escolha até certo ponto e influirá. A influência do professor se exerce não só através de fatores subjetivos, como também do interesse que ele desperta com suas aulas. Mas o aluno deve ter liberdade de escolher, de decidir o que vai fazer na pós-graduação.

Ao Professor Manoel Lelo Bellotto

Diz a relatora que realmente não se lembrou de tratar no seu trabalho do problema do ensino da História no curso de Geografia. Acha, contudo, que é no Departamento de Geogra-

fia que deve ser estudado o problema. Aqui em Marília, pedimos ao professor de Geografia que ensinasse o que considerávamos necessário ao aluno de História. A mesma coisa deveria, talvez, ser feita, quanto à História nos Departamentos de Geografia.

Ao Professor Eduardo d'Oliveira França

Concorda a relatora com o professor, em que faz concessões à tradição, mas assim fez porque acha que nas nossas condições atuais no campo da História temos de fazer tais concessões. Disse no relatório que o ideal seria termos uma organização dos estudos de História tão avançados como na Europa, mas não temos ainda nem o pessoal, nem o ambiente necessários para isso.

Conservou a relatora a periodização, embora não concordando plenamente com ela, por achar que é, do ponto de vista didático, a orientação mais razoável num curso básico. Sua necessidade desaparece completamente nos cursos de pós-graduação.

Quanto à seriação, não quis a relatora, realmente, dar-lhe obrigatoriedade: pretendeu mais indicar certas coisas que o aluno de História deve estudar e saber: matérias fundamentais e subsidiárias. Desde que se observe certa ordem de prioridade entre as diferentes disciplinas, não vê inconveniente em adotar-se outro tipo de curso, como o parcelado.

Concorda a relatora, como já disse anteriormente, com a existência de cursos semestrais.

Conclui dizendo que gostaria de conhecer o currículo do professor, para poder ver até onde é subversivo.

Ao Professor Padre Carl Valeer Frans Laga

Concorda com o professor quando diz que o conteúdo do relatório e o próprio esquema de currículo estão dentro de um certo equilíbrio e que qualquer mudança pequena exigirá mudança total para restabelecimento daquele equilíbrio.

Ao Professor Eremildo Luiz Vianna

De um modo geral, as objeções do Professor já foram respondidas, ao se dirigir a relatora a outros simposistas.

Completando essas respostas, diz a relatora que não teve a intenção de apresentar uma esquematização rígida do currículo, mas apenas mostrar as matérias para a formação do aluno.

O professor tem todo o direito de conservar o seu currículo: cada um acha sempre melhor o seu próprio currículo.

À Professora Emília Tereza Alvares Ribeiro

Concordando a professora, de modo geral, com o que foi dito no relatório, a relatora nada tem a dizer, senão agradecer suas palavras.

A objeção sobre a Geografia já está respondida.

À Professora Alice Piffer Cannabrava

A relatora considera interessante a afirmação trazida pela professora sobre o sistema adotado na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. O sistema de disciplina poderia resolver muitos problemas na organização do currículo.

Concorda a relatora que é importante atualmente a História Econômica e que uma cadeira de Economia lhe traria complementação indispensável. Considera, entretanto, que, justamente por interessar aos alunos que se dedicam ao estudo de aspectos econômicos da História, a Economia deveria aparecer nos cursos de pós-graduação e não no curso básico, onde não é indispensável à formação do aluno.

As objeções que incidem sobre a História da Arte e outras matérias já foram respondidas anteriormente.

No que respeita à Introdução aos Estudos Históricos no 1.º ano e à Teoria da História, no 3.º, foi adotada essa divisão (que está em prática aqui em Marília) porque o aluno precisa ter maior amadurecimento e conhecimento da História para o estudo da Teoria. No 1.º ano ele entra em contato com a parte mais técnica, mais introdutória da matéria, estudando mais tarde a parte mais teórica, mais filosófica.

Ao Major Sebastião da Silva Furtado

A relatora agradece a sua contribuição, achando justas as suas palavras sobre os problemas da Toponímia.